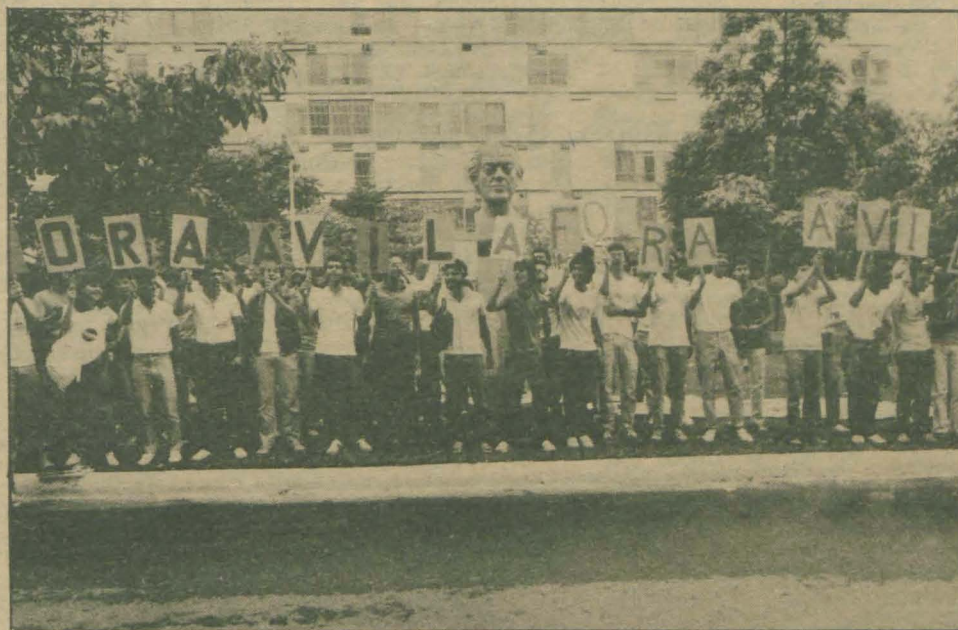


Campus

Jornal-laboratório do
Departamento de
Comunicação da UnB
nº 71 - 1ª Quinzena
Abril de 1985



UnB retoma o caminho da democracia

Assembléias, protestos, reuniões e uma firme determinação: resgatar a Universidade para a democracia que começa a renascer no País. E a comunidade universitária que quer construir uma Nova UnB. A primeira batalha já está ganha: a Velha República sai sem deixar herança na Reitoria da UnB.



Fotos de
Luiza Venturelli



A Tomada de Brasília

Mário César Rosa

A homologação de nome Tancredo de Almeida Neves pelo Colégio Eleitoral, em 15 de janeiro de 1985, menos do que uma cisão exacerbada com o autoritarismo recente, personifica a expectativa de reordenamento das instituições nacionais. O país assiste neste instante à transição de um estado de exceção para um estado de pleno direito, e todos os seus segmentos buscam a reflexão e o redirecionamento de suas funções. A posse do novo Ministério, malgrado as vicissitudes que a caracterizaram, constituiu-se como uma nova Tomada da Bastilha, desta vez pacífica, na medida em que se traduziu como a tomada do que nos últimos anos representou a autocracia e o despotismo.

A Universidade de Brasília não poderia ficar alheia às mudanças, e já no ano passado intensificava as suas ações neste sentido. A convocação dos Estados-Gerais no campus universitário, ou seja, a mobilização da comunidade em meados de 1984 visando à eleição do sucessor do senhor José Carlos Azevedo, redundou na formulação pelo Terceiro Estado — composto por professores e estudantes — de uma lista sêxtupla, logo preterida pelos Primeiro e Segundo Estados, respectivamente Governo Federal e Reitoria. Criava-se o impasse, que culminaria na capitulação, via guilhotina, do senhor Geraldo Ávila, alcunhado como simpaticante do Ancien Régime.

Desmontadas as barricadas, venciam os jacobinos, fervorosos defensores da democracia, cuja maior qualidade, além da exalta-

ção, assentava-se na coesão e na capacidade de articulação. Cumprindo agora analisar as premissas que nortearam a atuação dos setores envolvidos nesta "revolução", especialmente representados pela Associação dos Docentes da Universidade de Brasília (ADUnB), visto que a maioria absoluta do contingente estudantil dispensou-se de uma participação mais ativa. Crer que o embargo empreendido pela ADUnB se justificou apenas por divergências de caráter ideológico seria encerrar a questão de forma parcial.

A heterogeneidade de posturas era um fator irrefutável, mas encerrava, no máximo, um pretexto para batalha e jamais um motivo para a beligerância. O anacronismo da considerada avilante postulação do ex-reitor é que, na realidade, definia a iminência do confronto. Julgava a ADUnB que a universidade, até então reduzida a mero feudo do senhor Azevedo não poderia continuar a sê-lo. As condições externas eram outras. Além disso, este grupo dispunha de propostas à implantação de uma política educacional mais adequada. Assim, a ocupação de espaços seria fundamental para a execução do que julgavam mais viável. O que em última instância não legitimava a permanência do senhor Ávila era o fato de não estar ele afinado com o que a associação dos docentes reputava como prioritário.

Os embargos levantados contra o reitor deposto, devido à parcela de maniqueísmo de que estavam impregnados, não eram subsis-

tentes, em que pese a sua consistência teórica. Ávila foi tachado de continuista, e o era. Porém, este não é um adjetivo pejorativo. O sincretismo ideológico da Nova República talvez seja a prova material de que se processou uma alteração na composição do Poder. Os governos militares primaram sempre pela constituição monolítica de suas esferas deliberativas, e o que hoje se observa, paradoxalmente, é que as nódoas continuistas demonstram a evolução dos procedimentos políticos, ao reproduzirem a partilha das decisões entre setores divergentes, como os que compõem a própria sociedade.

A política, no dizer de alguns mestres que a praticam, é a arte de administrar o possível, sem que isto signifique uma cumplicidade passiva com a realidade. As vanguardas, como é o caso da ADUnB, têm seus méritos reconhecidos; entretanto, divergir delas não é necessariamente incorporar posições reacionárias. Até aqui a maioria parte dos alunos ainda não se manifestou favorável à ADUnB, ou desfavorável. Este posicionamento será a resultante dos debates que forem promovidos. Aos proselitismos deve anteceder uma discussão, e esta pode rebelar setores até mesmo contra as vanguardas. Nem tudo pode ser feito sob a égide do vanguardismo. Os jacobinos, não obstante haverem promulgado a Carta mais democrática da Revolução Francesa, não hesitaram em liderar o Terror na França do século XVIII. Le roi est mort! Vive le roi? Não sei, questionemos...



Jornalismo analítico

O plantão da TV Funk-Funk informa: o senhor Almeida Brasil continua internado no Hospital de Brasília. A última informação obtida foi a de que o senhor Brasil, após a operação, saiu do quarto às 6:30 da manhã (hora local), trajando roupão bege da José Silva e calçando sandálias franciscanas da Samello. Mi-

nutos depois andou compassadamente pelo corredor, parou à poucos passos do quarto; virou à direita; à esquerda e enfim bocejou. Em frente a uma janela, olhou o céu por quatro segundo e meio e tomou o caminho de volta para o quarto. O plantão aguardar novas minúcias. Qualquer semelhança é mera coincidência. (Edna Cristina)

Monte Olimpo

O Monte Olimpo, mais conhecido como Departamento de Direito convidou toda a comunidade universitária (numa nota dirigida aos professores daquele departamento) para retornar às atividades normais na época da greve, pois justificavam os deuses "que a nomeação do Professor Geraldo Ávila obedeceu às normas legais". O convite não foi aceito. Senhores, os Atos Institucionais, os "Bônus", a Lei Falcão e outros instrumentos também foram considerados legais. Ai vai um lembrete: "Se alguém perguntar por mim, diz que fui por aí, levando a legitimidade de baixo do braço..." (Edna Cristina).

Decano bossa-nova

Redação do Campus Agência Campim — A redação deste jornal recebeu na manhã de sábado, dia 23, uma honrosa visita: o venerando Decano de Extensão desta Universidade, o benemérito Murilo César Ramos.

Trajando elegante traje Nova República (bermuda e camisa com dizeres políticos), a informal visita do decano só vem confirmar o respeito que será reservado à imprensa daqui pra frente. Assim como no governo, na UnB a imprensa também será o Quarto Poder. Te cuida Folha de São Paulo (Rudolfo Lago)

No CORREIO BRAZILIENSE do dia 25/5/84, o poeta e jornalista, Tetê Catalão publicou um poema intitulado "O Reitor e o Feitor" (... Faz-se de santo o feitor / finge de puro e profano / confunde-se rato e reitor, eleitor samaritano).

Por influência do então reitor Azevedo, Tetê foi demitido do jornal. Hoje ele presenteia o Campus e toda a comunidade universitária com este poema:

ERRATA

Tetê Catalão

Onde se lia azevedópolis leia-se agora, UnB. Em todas as letras e formas não se dobra o senso às normas. Faça-se, agora, UnB. Restaure-se justa reitoria exporte-se armas e feitor instaure-se de vez o dia. Onde se lia azevedópolis, arremedo de júbilo megalópolis leia-se, agora, Universidade distante de sua grades. Reata UNB-CIDADE, archive-se os fins sem meios cicatrize ratos e restos exorcizem reações e receios. Fechem a magnífica e mecânica fábrica de diplomas. Tirem o verbo da redoma, desmoralizem o dogma. Respostas? Só as que provoquem dúvidas novas. Ousadas. As mais tontas. Ser sem prova. Leia-se UNB e risco leia-se paixão pelo Conhecimento — imprevisto — Onde se lia azevedópolis — quintal arrogante do poder — leia-se, agora, UNB — plano piloto do renascer — SAIO SABRE SOBE O SABER.

MEIO

Concessões e Constituição

Ivan Brascan e Silvana de Freitas

A expectativa de convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte tem estimulado, dentre outros temas, o debate a respeito da necessidade de uma política de Comunicação mais democrática, particularmente no que se refere às concessões de canais de rádio e TV.

Um aspecto que vale destacá-lo poder absoluto do Presidente da República na aprovação de concessões, estabelecida pela atual Constituição, associado a subjetividade e fluidez dos critérios legais.

Consta no Decreto nº 52.795, aprovado em 31 de outubro de 1963, art. 6º, parágrafo 1º: "É atribuição do Presidente da República a outorga de concessões para a execução de serviços de televisão e de serviços de radiodifusão sonora regional ou nacional".

O caráter essencialmente político das autorizações de transmissões é confirmado pelo próprio diretor-geral do Dentel, ainda na função, o coronel da reserva Antônio Fernandes Neiva, segundo a Revista "Veja", nº 825, de 27/06/84.

Em documentos já elaborados por entidades ligadas no setor de Comunicações e partidos políticos, propõe-se basicamente, para a aprovação de concessões de canais de rádio e TV, a avaliação das condições de mercado,

estabelecimento de prioridades culturais e reconhecimento das necessidades sociais da área abrangida pelas emissoras em concorrência.

Os debates sobre concessões de canais têm ocorrido sem que haja um questionamento do seu caráter fundamentalmente comercial. A rádio e televisão sacrificam voluntariamente — e continuarão sacrificando na Nova República — a qualidade cultural e educativa de suas transmissões para conquistar maior índice de audiência. A imaginação publicitária-mercantil triunfa sobre a consciência sócio-educativa.

Se por um lado, a Nova República bem como a convocação de uma Assembleia Constituinte, trarão alterações significativas na política de comunicação, as possibilidades de mudanças estão, com certeza, aquém das expectativas geradas em torno dela.

A permanência de um forte quadro empresarial da telerádiodifusão continuará determinando as diretrizes do setor. Não foi por coincidência que a indicação do ex-governador da Bahia, Antonio Carlos Magalhães, para o Ministério da Comunicação, foi feita inicialmente por Roberto Marinho, transformando este Ministério em um dos mais polêmicos da Nova República.

Nada de novo na nossa República

E o país volta à democracia. E engraçado que com as mesmas figuras: Tancredo, Brizola, Ulysses, UDN, PSD, tá tudo aí de novo. Ninguém me tira da cabeça que qualquer

hora dessas vai aparecer alguém na minha televisão e dizer assim: "Estivemos fora do ar por vinte anos. Prossegue nossa programação normal". (Rudolfo Lago).

Campus

Jornal-laboratório do Departamento de Comunicação da UnB.

Professores responsáveis: Carlos Augusto Setti (edição e texto); Maria Rita Leal (diagramação) e Luiza Venturelli (fotografia).

Editores: José Murilo Milhomen e Wilfrida Natali (UnB); Ana Cristina Batista, Carmem Simaan e Kátia dos Santos (Comunidade); Luciano Suassuna e Ulisses Bigaton (Nacional); Adalberto Passos (Internacional); Edna Cristina; Mônica Ferreira e Rosane Carneiro (Cultura); Afonso Cozolino; Carlos Augusto Dutra; Carmem Montenegro e Rejane Pretti (Ciência); Edna Cristina (Opinião).

Redação: Alessandro Galvão; Ana Paula Arari-

pe; Ana Paula de Souza; Amneres Pereira; Carlos André de Freitas; Catarina Guerra; Cláudia Rangel; Cláudio Ferreira; Cynthia Rosa; Eliamara Rocha; Fabricio Marques; Flávio Silveira; Ida Pietricovsky; Idhelene Macedo; Ivan Brscan; Joyce Russi; Juarez Libaino; Maria Aparecida de Oliveira; Marina Godoi; Mário César Rosa; Nara do Carmo Ferreira; Nicolau El-moor; Nina Cláudia Vale; Rosani Aparecida Frutuoso; Rudolfo Lago; Suzanne Sobral; Vinicius Zambrotti Dória; Zeila de Freitas Silva.

Fotografia: Nicolau Abdu El-Moor e Ulisses Lacava.

Laboratorista: Jeová Xangô.

Ilustrações: Nethio Benguela e Flávio Silveira.

Fala o Reitor interino: a meta é democratizar a nova sucessão

Após uma exaustiva luta pela renúncia do professor Geraldo Avila ao cargo de Reitor da UnB, é impossível nessa função, Luís Otávio de Souza Carmo — vice-reitor da época de Azevedo. A interinidade não deve ultrapassar quatro meses, e durante esse curto período, Luís Otávio pretende institucionalizar o diálogo democrático na universidade.

A nova composição do Conselho Diretor, o déficit da universidade no final de 1985, o diálogo com representantes de professores, alunos e funcionários, estão presentes em sua entrevista ao Campus. O plano de ação de sua administração, buscará abrir caminhos e alternativas para o futuro reitor, na solução das pendências e questões prementes da universidade como um todo.

Campus — Qual a sua incumbência no processo sucessório da UnB?

Luís Otávio — A minha incumbência é bem simples, me compete apenas instrumentalizar no prazo de até quatro meses a designação do novo reitor, ao lado daquela outra, que é manter a Universidade funcionando, pelo menos, sem maiores problemas.

Campus — Quais são os planos imediatos da sua administração para agilizar o Colégio Eleitoral?

Luís Otávio — Na realidade, pelo curto espaço de tempo e pela interinidade, nós não temos planos. Não há um projeto, nosso plano básico é manter a Universidade funcionando, nos sentidos de providenciar os recursos para que as unidades funcionem. Nós temos por exemplo o Conselho Diretor, todo ele estávamos e faz parte do Colégio Eleitoral. Do ponto de vista jurídico há um vazio. Criou-se uma situação nova, nós temos que tomar providências para que o Presidente da República designe esses membros. O Conselho de Ensino e Pesquisa, que também é membro do Colégio Eleitoral, está com a sua constituição bastante conflituosa, não há muita tranquilidade a respeito dessa constituição, constituição essa que parece não ser a mais representativa. Nós temos que repensar o Conselho de Ensino e Pesquisa, para poder cumprir esse designio, que tem a função de institucionalizar a presença do reitor efetivo da Universidade.

Campus — E do ponto de vista administrativo?

Luís Otávio — Do ponto de vista administrativo, nossa intenção é nesse curto espaço de tempo, estabelecer procedimentos que venham a servir de base para atuação futura, isto é, agilizar os órgãos colegiados. Por exemplo, o Conselho de Administração, nós nos reunimos ontem (dia 27/03) - ele se reunia uma vez por ano - é ele o responsável pela administração da Universidade e agora nós vamos nos reunir uma vez por semana.

Campus — Como fica a questão dos terrenos da 208 norte, trocados pelo terreno do Setor Hoteleiro Norte?

Luís Otávio — Veja bem, eu não participei daquela transação imobiliária, não tenho conhecimento a não ser aquilo que a imprensa divulgou e, na realidade, eu não sei se nesse curto espaço

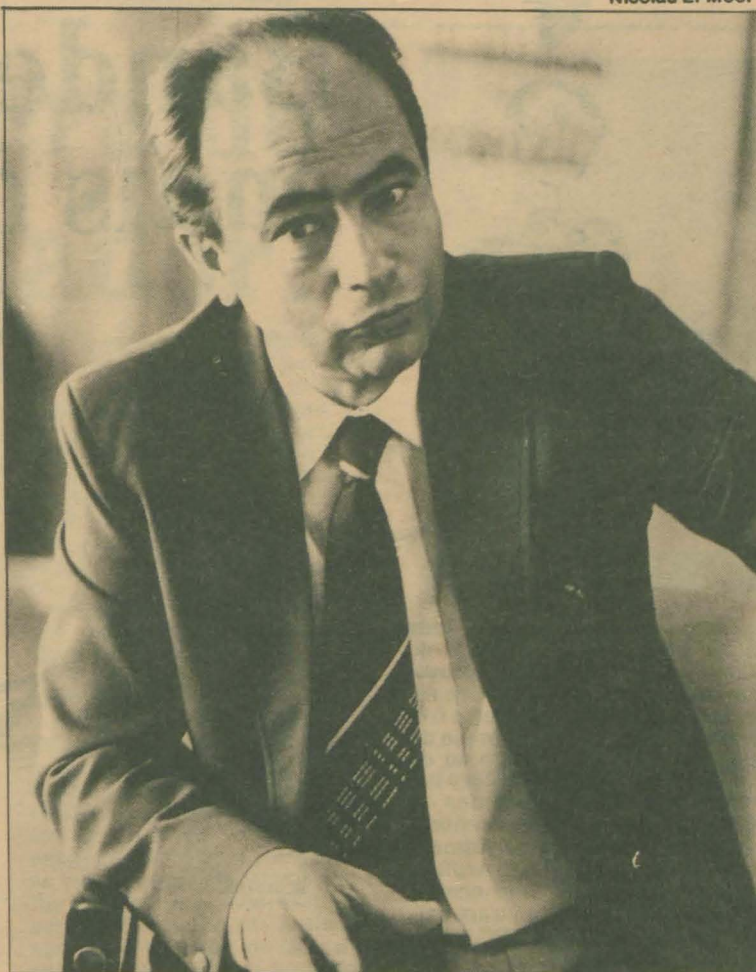
de tempo, haverá tempo hábil para tomar alguma providência. Eu parto do princípio de que aquela grande transação tenha seguido os trâmites legais. Os jornais começaram suas denúncias com uma intensidade muito grande, depois pararam. Por sua vez não houve nenhum questionamento jurídico da questão. Se houver alguma configuração de arripio da lei, nós temos a obrigação de mandar verificar o caso, embora esse assunto não venha de encontro aos interesses primeiros da Universidade.

Campus — A orientação da editora da UnB será alterada?

Luís Otávio — Também isso é algo para se realizar a longo ou a médio prazo. Por sugestão do Decano de Extensão, professor Murilo Ramos, nós vamos constituir uma comissão de alto nível, a fim de fazer um estudo em profundidade e uma auditoria na editora, a fim de definir sobre os aspectos financeiros, editorial e acervo da mesma. Segundo consta, essa editora tem em estoque de 500 a 800 mil volumes. Para se ter uma idéia da grandeza desse estoque, a nossa biblioteca, que é a maior biblioteca universitária do país, possui 500 mil volumes. Não há nenhuma editora de grande porte do mundo, que trabalhe com esse estoque, e essa comissão está encarregada também de verificar isto. A nossa intenção é imprimir uma orientação totalmente nova à editora. Nossa equipe não tem nenhum compromisso a não ser manter aquilo que seja do completo atendimento à universidade.

Campus — O ex-reitor confirma que deixou um superavit de 15 bilhões. O senhor confirma isso?

Luís Otávio — Ainda ontem no Conselho de Administração nós fizemos uma análise, e efetivamente a administração anterior, ao afirmar que deixava um superavit de 13 bilhões, não estava faltando com a verdade. Realmente existia, só que esse superavit já está comprometido, para fazer frente ao cronograma de dispêndios já aprovado, para o ano de 85. Na reunião do Conselho de Administração, nós estudamos exatamente essa situação financeira da Fundação. Na verdade, pelos recursos já alocados, o que teremos é um déficit de 18 bilhões. A Universidade não passa dificuldades de recursos. Os recursos alocados a ela, pelo poder público e os recursos por ela gerados, para fazer frente às nossas necessi-



Nicolau El-Moor

Luís Otávio: "Nós temos oportunidade de estabelecer um novo modus vivendi na Universidade. Podemos ser o protótipo, o primeiro de uma série".

dades são suficientes. Mas temos que, durante o ano de 85, evitar um déficit real, pois todos os recursos já estão comprometidos.

A situação não é de alarme, a Universidade cumprirá todos os compromissos assumidos pela administração anterior. Nós vamos agressivamente procurar o MEC, o que a administração não fazia. Nós não queremos que a UnB permaneça em penúltimo lugar na obtenção de recursos públicos. Nós queremos ficar em primeiro lugar na obtenção dos mesmos, e queremos ficar em primeiro lugar na gerência dos mesmos, de forma a termos todos nossos cursos incluídos entre os primeiros do país.

Campus — Com a intenção do governo de reconhecer a UNE, como será o relacionamento da Reitoria com a AdUnB, DCE, CAs e ASFUB?

Luís Otávio — Esse relacionamento independe de reconhecimento da UNE. Na realidade para nós não há nenhuma exigência, como no caso da UNE, que espera uma decisão do judiciário. Nós não temos nenhuma necessidade, a lei não nos obriga a isso. Essas entidades devem ser reconhecidas institucionalizadas nas suas especificidades, de defesa de interesses da comunidade discente, e e elas tem que ser olhadas como tal. Eu acho que isso é muito benéfico.

Campus — Com relação a série de promessas que o reitor Azevedo fez como a construção do prédio do DCE e montar a rádio e TV da UnB, qual a sua posição?

Luís Otávio — Eu recebi um projeto que se chama "Centro de Vivência" orçado em 123 milhões destinados a sua construção. O

que nos podemos dizer é que a nossa intenção é procurar fazer frente a essas promessas.

Campus — A Universidade de Brasília é a que tem o maior número de alunos pra um professor.

O senhor pretende contratar mais professores para resolver essa situação?

Luís Otávio — Se nós não tivermos condições de alterar esse quadro, — existe uma proibição legal — pediremos excepcionalidade à Presidência da República, via SEPLAN, fato previsto no Decreto. Nós não teremos tempo de fazer isso nessa gestão. O que nós podemos fazer é utilizar os recursos liberados com a licença de professores sem vencimento, na contratação de novos professores, enquanto durar o afastamento do titular, desde que não gerasse aumento de despesas. Isso é um direito que temos. Por que não fazê-lo? Isso servirá para amenizar a situação.

Campus — Como o senhor vê a reivindicação salarial dos professores e a pendência jurídica dessa questão?

Luís Otávio — Algumas dessas reivindicações já foram concedidas, 100% do INPC, por exemplo. Se nós pudermos simplificar essa questão, no sentido de tirar por prévio atendimento, aquilo que for justo e legal, e não só dos professores, mas dos funcionários também, nós o faremos.

Campus — Qual a perspectiva de horário noturno para o próximo semestre?

Luís Otávio — Não tenho nesse momento resposta para isso, e acho que seria muito difícil, porque isso implica na mudança do

contrato docente, um modificação grande, porque os contratos noturnos são regidos pela legislação trabalhista. Isso merece um estudo profundo, pelas implicações que essa decisão irá tomar.

Campus — Na sua opinião, deverão ser revistas as situações de professores eliminados do quadro da Universidade, como por exemplo, o caso do professor Venício Artur de Lima, da Comunicação?

Luís Otávio — Eu já solicitei à assessoria jurídica as providências necessárias observadas as pendências legais. A pendência com o professor Venício, ela deverá ser encerrada e o professor reintegrado ao quadro de professores da Universidade. E o caso da professora Helena Barcellos, do Departamento de Desenho, que, apesar de demitida por justa causa, foi um ato de arbítrio, não respeitados os procedimentos legais para o caso. O acordo já foi providenciado, já atendidos os interesses da Universidade, já que a professora foi responsável pelo curso Habilitação de Educação Artística — Artes Cênicas durante vários anos. Todas as pendências serão resolvidas. O problema não deve ser resolvido em varas da Justiça. E a falência de uma instituição universitária. Essas pendências devem ser de esfera exclusivamente acadêmica.

Campus — Como era sua relação com o ex-reitor?

Luís Otávio — Eu tenho evitado esse assunto. Acho que é uma página virada na história da Universidade. Estamos num novo tempo, e eu não gostaria, sinceramente, de tocar nesse assunto, embora o estágio de relacionamento tenha atingido uma situação constrangedora, não por motivos pessoais, mas sim institucionais. Vamos esquecer e tocar para frente. A Universidade não se faz através de mitos, e ficar mexendo com coisas dessa natureza só concorre para uma mitificação, o que acho não ser de bom senso nem do interesse da instituição.

Campus — Como fica a situação do Conselho Diretor que está cessante? Qual a solução já que eles integram o Colégio Eleitoral Especial?

Luís Otávio — O Conselho deverá ser preenchido e seus membros serão nomeados pelo Presidente da República. Como? No momento, não sei. A questão está sendo estudada juridicamente pelo MEC, com o nosso apoio, e isso exigirá a manifestação da Consultoria Geral da República. A medida será tomada em tempo hábil, a fim de evitar que esse colégio se reúna sem estar na sua integridade, ainda que isso não o impeça de se reunir.

Campus — Como o senhor vê a questão da democracia na Universidade?

Luís Otávio — A situação na UnB é uma oportunidade única que nós vivemos. Nós temos oportunidade de estabelecer um novo modus vivendi, que você chama de "democracia na Universidade". E isso que nós estamos buscando agora, quer dizer, essa administração interina está tendo oportunidade de institucionalizar o novo diálogo que objetiva essa democratização. Está longe de ser o que alguns alarmistas pensavam: um estopim para um efeito dominó sobre as outras universidades. Longe disso, nós não vamos ser modelo, podemos ser o protótipo, o primeiro de uma série. E nós estamos concorrendo para isso. (Rudolfo Lago, Juarez Libaino, Nara Ferreira e Nicolau El-Moor)

SERVIÇO

A TECNAPI (TECNICAS API-COCAS DO BRASIL LTDA), está recrutando interessados para o Curso de Iniciação em Apicultura, que acontecerá no Departamento de Agronomia.

Está previsto para 30 de abril o Curso sobre Defensivos Agrícolas, promovido pelo Departamento de Agronomia da UnB, com professores da UnB e Técnicos da EMATER/DF.

...

Será realizada do dia 08 de abril às 10H00h. no ICC B2 sala 09, uma conferência sobre "HORACIO NUM POEMA DE ALVARO DE CAMPOS". A palestra será proferida pelo Prof. Dr. Américo da Costa Ramalho, da Universidade de Coimbra, atualmente no Rio de Janeiro. O Prof. Américo foi um dos criadores do Curso de Pós-Graduação da UFRJ e é especialista em Renascimento.

...

O Dept. de Arquitetura da UnB estará promovendo uma Exposição dos Professores de Arquitetura no período de 09 a 12 de abril. A exposição ocorrerá no atelier do Departamento.

Vem aí o Seminário sobre Ensino de Arquitetura do IAU-UnB, que será realizado nos próximos dias 08, 09, 10, 11 e 12 de abril, juntamente com a Exposição dos Professores.

Os alunos de Educação Física irão participar do Congresso Latino-Americano de alunos de Educação Física, no Rio Grande do Sul. Eles juntamente com outros alunos de 90 Faculdades, irão reivindicar nesse congresso melhorias para o ensino de Educação Física do 1º ao 3º graus, como também que sejam tirados os Coronéis das Diretorias do MEC e que em seus lugares sejam colocados pessoas pertencentes a área, e o reconhecimento da profissão como técnico, não só como professor. (Wilfrida M. Natali e Maria Aparecida de Oliveira).

CALENDÁRIO

12/04	- Solicitação do Cancelamento de Matrícula em Disciplina 1/85 - ALUNO
21/03 16/05	- Solicitação de Trancamento de Matrículas em Disciplina - 1/85 - ALUNO
21/03 11/07	- Primeiro Período Letivo Regular
04/04 05/04	- Semana Santa - FERIADO
07/04	- PÁSCOA - FERIADO
21/04	- Tiradentes - FERIADO
01/05	- Dia do Trabalho - FERIADO
06/06	- Corpus Christi - FERIADO
08/07 19/07	- Solicitação de Matrícula em Disciplina - 2/85 - ALUNO
12/07 16/07	- Envio das Menções Finais - 1/85 - UNIDADE
16/07 18/07	- Solicitação de Revisão de Menções Finais - 1/85 - ALUNO
16/07 19/07	- Vestibular (data provável) - COPEVE
17/07 19/07	- Processamento de Menções Finais - 1/85 - CPD
29/07 05/08	- Solenidade de Colação de Grau - 1/85 - DIR.-UNIDADES
06/08 09/08	- Entrega de Diplomas - 1/85 - DAA.



Como de costume, em todo início de semestre o preço do Bandejão é reajustado, provocando diversas reações entre estudantes e funcionários que o frequentam. Atualmente, o preço da refeição está, em relação ao de um ano atrás, 300% mais caro para estudantes não carentes, e 400% para funcionários carentes.

O Chefe de Serviço de Alimentação do Bandejão, Aneci Araújo, explicou que os reajustes ocorridos de 82 até o fim de 84 foram calculados com base no INPC, cumprindo o que determina a Portaria MEC nº 003/82 de 06.01.82. No entanto, no ano passado foi expedida uma nova Portaria, MEC nº 062/84 de 15.02.84, estabelecendo que os usuários do restaurante universitário deveriam arcar com as despesas referentes à matéria prima (o que inclui alimentos, material de limpeza e material descartável), e o MEC com os gastos de pessoal, água e energia.

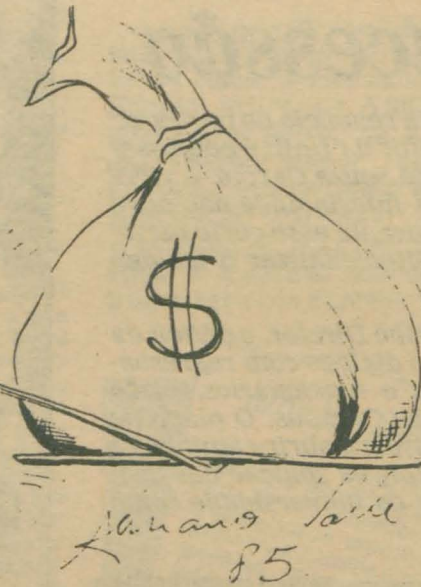
Essa medida entrou em vigor na UnB em janeiro de 85 e indica que os reajustes de agora em diante não deverão ser calculados com base no INPC, mas no próprio custo da alimentação. O cálculo deste custo, segundo Aneci Araújo, foi feito baseando-se na soma das despesas com matéria prima dividida pelo número de refeições previstas. O resultado, no caso, foi de Cr\$ 2.680,00, quantia paga por funcionários e estudantes não carentes.

SUBSIDIO

A Fundação Universidade de Brasília subsidia a porcentagem não paga pelos considerados carentes e semi-carentes. Funcionários e estudantes com carência total pagam Cr\$ 1.050,00 e Cr\$ 800,00 respectivamente. Já os alunos semi-carentes pagam Cr\$ 2.020,00 pela refeição.

A opinião dos estudantes a respeito do preço do Bandejão varia muito. Enquanto alguns afirmam que o preço cobrado é perfeitamente justo, outros insistem na posição de que o restaurante deve servir à comunidade universitária por taxas bem mais modestas, como antes, quando o subsídio do MEC para a alimentação era maior que o atual.

Bandejão aumentou mais que a inflação



ravit de quinze bilhões, e o Bandejão aumenta dessa maneira. Em relação a muitas universidades no Brasil, o preço cobrado aqui é bem superior".

João B. Ferreira, que cursa Engenharia Mecânica, acredita que o subsídio dado à alimentação é um ponto positivo na vida universitária, hoje prejudicado por essa nova Portaria do MEC. Mara Marquez, estudante de Arquitetura, afirma que o momento atual deve ser de reflexão, principalmente de tomada de posições concretas frente aos problemas enfrentados pela comunidade universitária, para que ela conquiste seus direitos, e o aumento do subsídio para a alimentação é um deles.

FUNCIONARIOS

A participação dos funcionários da UnB nessa questão tem sido mais efetiva do que a dos alunos. No último dia 12, reunidos em assembleia geral, elaboraram, e já enviaram à reitoria, uma pauta de reivindicações; dentre estas, consta a equiparação do preço do Bandejão para todos os funcionários, ao preço pago pelos estudantes carentes. Rosalvo Pereira, do Departamento de Comunicação, disse que a faixa salarial dos funcionários da UnB, no passado era alta em relação às outras Fundações. Hoje, depois de cumprida rigorosamente a política salarial do governo, os salários caíram consideravelmente, e com os elevados reajustes no preço do Bandejão, o poder aquisitivo dos funcionários ficou ainda mais reduzido. "Todos nós sabemos que a UnB tem bons recursos, e deveria investir mais em benefício da sua comunidade".

CARÊNCIA

O movimento na DAC para requisição de bolsa de alimentação tem sido intenso, muitos tentam reduzir suas despesas com a comprovação de carência ou semi-carência. Para que seja feito o pedido da bolsa de alimentação é necessário o preenchimento de um formulário com dados referentes à situação sócio-econômica do aluno, e a apresentação de documentos que os comprovem. A partir desses dados será efetuado um cálculo que determinará se o pedido será indeferido ou não. (Nara Ferreira e Zeila Freitas).

Tabela de cálculo da carência:

O cálculo para que seja estabelecida, ou não, a carência é o seguinte:

$0,6 (RF - AL - CP)$
nº DP x VRR

0,6 — Percentual deduzido para que seja gasto com alimentação

RF — Renda Familiar

AL — Aluguel

CP — Custo Particular c/escola

VRR — Valor de Referência Regional, mo que é metade do salário mínimo

DP — Dependentes

De acordo com as idades:

0 a 7 = 1,0

8 a 14 = 1,5

15 a 24 = 2,0

+ de 24 = 2,5

Tabela de Carência:

Se o resultado for:

0,1 até 1 = Carência Total

1,1 até 1,5 = Semicarência

+ de 1,6 = Indeferido

OBS: Os que requisitaram a bolsa de alimentação neste início de semestre e não a conseguiram, devem tentar novamente assim que o salário mínimo for reajustado, pois o item VRR do cálculo acima será aumentado, melhorando as chances do pedido ser aceito.

R. Internacionais: deputados apóiam curso

O projeto que regulamenta o curso de Relações Internacionais, de autoria do deputado João Carlos de Carli (PDS/PE), já se encontra para votação na Câmara dos Deputados. Esta afirmação foi prestada ao Campus pelo presidente do C. A. de Relações Internacionais, Luiz Henrique.

De acordo com Luiz Henri-

que, esta tentativa de regulamentação do curso não contou com o apoio da chefia do Departamento de Relações Internacionais nem da reitoria da UnB. A iniciativa partiu de alunos e ex-alunos que formaram uma comissão de regulamentação para estudar e encaminhar a questão. A comissão está em contato permanente com as lideranças

dos partidos tentando sensibilizá-las para o problema. "Até o momento, todas as lideranças foram a favor do projeto. Apenas o PMDB foi contra, alegando não poder apoiar por ser partido do Governo", afirma o presidente do C.A.

Atualmente, apenas a Universidade de Brasília possui curso de Relações Internacio-

nais. Com a regulamentação, esperam os alunos que surjam cursos em outras universidades. Além disso, pretendem obter vantagens como a delimitação do mercado, horário de trabalho e piso salarial. Caso o projeto de regulamentação seja aprovado, os alunos pretendem, futuramente, promover mudanças no currículo do curso. (Murilo Milhomem)

O que se espera do novo Governador?

"Brasília é uma cidade órfã, sem pai e sem filho". A opinião de Hilton Mendes, presidente da FIBRA, Federação das Indústrias de Brasília, reflete o clima de expectativa da cidade. Sem ter representação política, a população concentra toda sua atenção sobre a indicação do novo governador.

Sendo uma cidade que vive da União e convive com o poder federal, Brasília enfrenta enormes dificuldades. Sua população, na maioria, é carente e vive em invasões, subjugada e esquecida pelo Governo. Vivendo todos esses problemas, as bases sociais da comunidade brasiliense já sabem o que esperar do novo Governo do Distrito Federal. Todos querem que o novo governador seja uma pessoa vinculada aos problemas da cidade e que desenvolva um trabalho voltado para a população.

EMPREGOS

As prioridades para o novo governo estão concentradas basicamente na área de bem-estar social. Os principais problemas desta área dizem respeito à moradia, mais especificamente quanto à erradicação de invasões. O problema do transporte coletivo e a necessidade de geração de novos empregos são outros aspectos sociais a serem estudados pela nova administração. Na opinião do presidente da ACIT (Associação Comercial e Industrial de Taguatinga), Nelson Cagali, a criação de novos empregos no Distrito Federal pode ser

conseguida com estímulos à indústria ou seja, incentivos fiscais e isenção de impostos. Para Maria Inez Mourão, presidente da Associação das Mulheres de Negócio, não se justifica que órgãos como LBA e a Secretaria de Serviço Social tenham funcionários sempre em seus gabinetes, "cercados de luxo". Segundo ela, estes órgãos "têm mais é que ir pra rua".

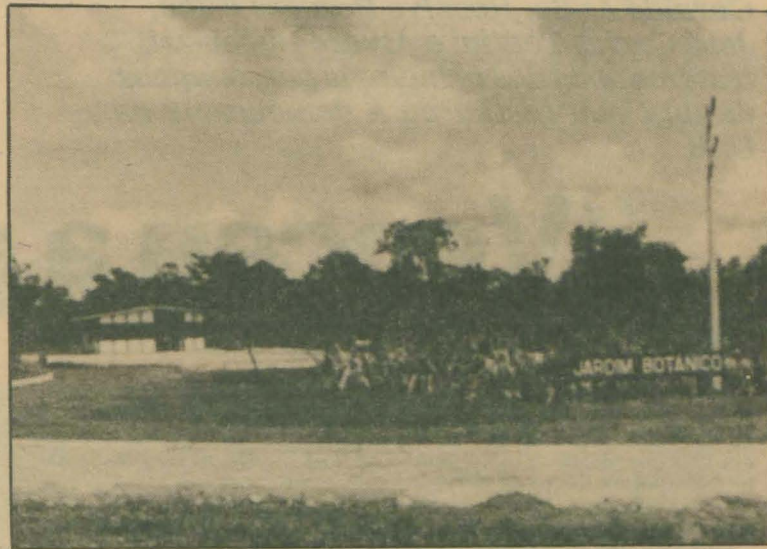
No setor econômico as prioridades devem ser dadas ao comércio e à indústria, onde aparece como grande problema a situação das microempresas. Os empresários do setor sugerem uma reformulação do sistema fiscal, pois não é justo que uma pequena empresa pague os mesmos impostos que uma de médio ou grande porte. Segundo Jorge Cauhy Júnior, presidente da Associação Comercial do Núcleo Bandeirante, as chamadas "empresas de fundo de quintal" devem contar com maior apoio do Governo. Outra sugestão vem do empresário Léo Lince de Araújo: a criação de uma Secretaria da Indústria e Comércio, que ative projetos na área de informática e instale um parque industrial no Distrito Federal.

EXPECTATIVAS

Há ainda reivindicações mais específicas, como a democratização das empresas do governo do Distrito Federal, com é o caso dos funcionários do BRB que estão buscando viabilizar a eleição do seu diretor administrativo, a exemplo do que já ocorreu na CO-

BAL e no BANESPA. Já os sindicatos querem uma maior liberdade de ação e que a Delegacia Regional do Trabalho seja mais eficiente no controle das condições trabalhistas. Com respeito à educação, o diretor do Sindicato dos Professores, Jomar Moreno, espera uma melhora qualitativa e não quantitativa. E um consenso geral é que seja dada maior atenção às cidades-satélites, que por conterem a maioria da população, devem receber a maioria dos benefícios, tanto em termos de orçamento como em termos de prioridades.

Essas prioridades é que estão guiando a opinião pública, e não a preocupação com nomes específicos. A população se sente preparada para escolher diretamente o seu governador. Os nomes de candidatos lançados pela imprensa com Pompeu de Souza, Moura Borges, Carlos Murilo, Osmar Alves de Melo e Chagas Rodrigues não são conhecidos de toda a população, mas alguns segmentos mais politizados já têm sua preferência. Há quem pense que o governador indicado pela Nova República deva fazer um governo de transição, até que se possam convocar eleições diretas para o Distrito Federal. A verdade é que todos acreditam em mudanças, e já se nota alguma diferença. Os sindicatos por exemplo, já encontram uma maior facilidade de trânsito nos ministérios, pois o contato agora é mais fácil. O importante é que há interesse do novo governo em mudar alguma coisa. (Ida Pietricovsky, Cláudio Ferreira e Idhelene Macedo)



Jardim Botânico: 5.000 hectares de fauna e flora diversificadas

Cerrado ganha área de lazer, preservação e cultura

Pequi, Copaiba, Jatobá, Canela, Sucupira Branca, Ipês, Buriti. Essas são algumas das várias espécies que podem ser vistas no Jardim Botânico de Brasília, uma área de 5.000 hectares e que constitui hoje mais uma opção de lazer para o brasiliense.

vendo ainda um grande número de visitantes devido a falta de condução para o local, mas as providências já foram tomadas. "As pessoas que têm vindo ao Jardim são, geralmente, ligadas à área de Biologia, por terem interesses específicos com relação à vegetação do cerrado".

Inaugurado dia 8 de março, o Jardim ainda não está totalmente construído. O que o visitante verá é uma flora bastante diversificada e, em consequência, uma fauna onde aparecem cachorro do mato, veado galheiro, capivara, ema, siríema, etc.

Para Alba Ramos, chefe do Serviço de Fitologia do Jardim, a área oferece à comunidade a chance de interpretar o habitat natural do cerrado tornando-se um grande centro de estudo. "Dando suporte a esse trabalho, o Jardim Botânico conta com um serviço de Fitologia, que identifica e cataloga as espécies vegetais, Serviço de Botânica Aplicada, responsável pelo estudo, seleção, introdução e melhoramento de espécies nativas e exóticas, Serviço de Ecologia, que estuda a integração da fauna e flora com o meio e, por fim, o Serviço de Documentação e Divulgação Técnico-Científica, com a função de manter, ordenar e catalogar as coleções do acervo do Jardim Botânico. E este Serviço que cuida do Herbario Ezechias Heringer, um arquivo de 4.000 espécies de plantas".

ACESSO

O Jardim Botânico de Brasília está localizado no Setor de Mansões Dom Bosco — estrada de acesso a Unai — a 20 km da Rodoviária. Segundo Alba Ramos, não está ha-

Ainda está previsto para o Jardim Botânico uma praça de 2 hectares reservada à implantação de Modelo Filogenético, que consiste em ordenar as coleções de plantas segundo sua evolução, a Alameda das Nações, onde países e Estados poderão plantar espécies típicas, o Centro de Informações, destinado a orientar o público e um Anfiteatro, já construído e à disposição da comunidade para a realização de eventos culturais.

PRESERVAÇÃO

Para John Hay, professor do Departamento de Biologia Vegetal da UnB, o Jardim Botânico de Brasília é uma importante área de preservação, tanto da flora como da fauna do cerrado. John acha que o Jardim Botânico leva vantagem sobre os demais pelo fato de ser feito em uma área "virgem", ou seja, prevalece a vegetação nativa, o habitat natural.

"Espero que não só as Universidades, mas também as escolas de ensino médio tenham oportunidade de realizar pesquisas e experiências no local". O professor sugere, ainda, que sejam feitos pontos de observação onde existam ninhos de pássaros, cupinzeiros e outros viveiros animais destinados, principalmente, às crianças. (Ana Cristina Marques, Ana Paula Macedo e Kátia Vieira).

Quem é quem na sucessão do DF

Estes são os nomes dos cinco prováveis governadores do Distrito Federal, quatro dos quais, indicados pelo PMDB local:

Carlos Murilo — mineiro, ex-deputado cassado. Sobrinho de Juscelino Kubstcheck. Na disputa ao cargo de governador ele conta com o apoio de Sarah Kubstcheck, empresários, principalmente da construção civil. Também conta com apoio da ala conservadora do PMDB, Frente Liberal e PDS Malufista. Conta-se que ele é homem de Tancredo, mas não há confirmação. Dentre os cinco candidatos, ele é o único que não tem a indicação do PMDB local. Mesmo ele sendo empossado, terá que escolher o seu secretário junto ao PMDB-DF, isso graças à pressão exercida pela Executiva Regional do PMDB, através de um dossiê reservado entregue a Ulysses Guimarães.

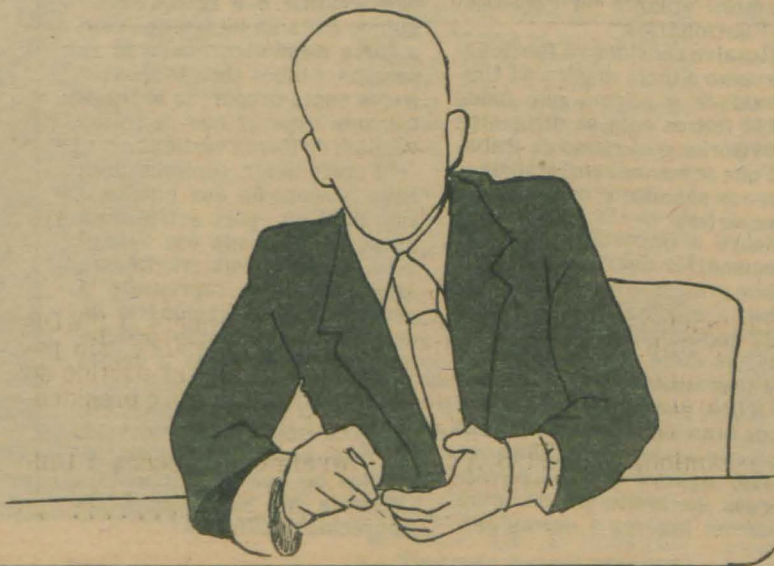
Mauro Borges — goiano, ex-governador cassado. Senador. Participou da construção de Brasília e deu apoio a Juscelino. Na disputa do cargo ele conta com apoio não só da bancada do PMDB de Goiás junto a Iris Rezende, como também de Ulysses Guimarães, que se tornou principal articulador político no preenchimento das vagas do 2º escalão. Mauro Borges está mobilizando o Senado para que se rejeite qualquer nome que não seja um dos quatro indicados pelo PMDB, enfraquecendo as possibilidades da candidatura de Carlos Murilo.

Pompeu de Souza — cearense, jornalista, representante da ABI-DF (Associação Brasileira de Imprensa) e presidente do PMDB-DF. Apesar de ser uma pessoa carismática, não quer ser governador. Tem especial interesse na representação política do Distrito Federal, pois está na luta por uma vaga no Senado. Especula-se que, independente de quem for o candidato escolhido, ele ocupará a Secretaria de Educação.

Osmar Alves de Melo — advogado. Ele se lançou à candidatura com o apoio do Comitê Pró-Brasília. Conta com a amizade de Ulysses Guimarães. Quer a

representação política no DF, pois também quer se candidatar a Senador no próximo governo.

Chagas Rodrigues — piauiense, ex-governador do Piauí, ex-deputado cassado. Ele foi um dos fundadores do PMDB de Brasília. Mora há quase 20 anos em Brasília. Foi companheiro político de Juscelino Kubstcheck. Ele foi fundamental na formação da Frente Liberal no Piauí. E um dos quatro candidatos indicados pelo PMDB. (Ida Pietricovsky de Oliveira, Cláudio Augusto Ferreira, e Idhelene Macedo).



Geraldo Avila, Rosalvo Bezerra Filho, José Carlos Teatini e Álvaro Luchiezz: testemunhos dos principais personagens da luta que restaurou a democracia na UnB.

Fotos de Luiza Venturelli e Nicolau El-Moor

"Venceu a autonomia"

Para o presidente da AdUnB, Carlos Teatini, a renúncia de Geraldo Avila foi o coroamento de uma luta iniciada com a criação da entidade em 1978 que, desde então, "vem lutando pela autonomia universitária e para que a comunidade seja ouvida".

Segundo ele, de agora em diante, o relacionamento entre a AdUnB e a administração da Universidade de Brasília deverá ser amistoso e de alto nível. Acrescentou que "não houve nem vitoriosos ou vencidos na luta pela sucessão. Quem venceu foi a instituição e a democracia", diz ele.

Após a inclusão dos nomes de Cristovam Buarque e Décio Munhoz na lista sêxtupla elaborada pela reitoria, a AdUnB continuou a defender os dois nomes através de contatos com políticos ligados ao novo governo bem como autoridades do Ministério da Educação e Cultura (MEC) do governo anterior, culminando com o apoio deste último, recentemente, ao nome de Cristovam Buarque. "Fomos, então, agredidos e surpreendidos pela interferência da comunidade de informações no processo eleitoral, fazendo com que se sustasse a nomeação de Cristovam Buarque em favor de Geraldo Avila, numa atitude de intervenção num pro-

cesso de transição que vinha tranquilo e sem percalços", afirma Teatini.

No que diz respeito ao encaminhamento da nova lista sêxtupla, Teatini disse que a AdUnB já está agindo no sentido de se conseguir uma plena democracia dentro da UnB. Depois disso, será garantido um processo de escolha direta do novo reitor e com a participação, inclusive, dos funcionários. Entretanto, opina ele, a escolha do futuro reitor poderá ser feita de modo idêntico ao que ocorreu nas Universidades Federais de São Carlos, Santa Catarina e Paraíba, onde o Conselho Universitário coordenou o processo eleitoral direto e feito pela comunidade, comprometendo-se a homologar a lista posteriormente.

Diante da afirmação de que a AdUnB havia assumido a diretoria de alguns decanatos, Teatini reagiu: "Foram sócios da AdUnB que assumiram alguns decanatos". A AdUnB, diz ele, "sempre teve a posição de que seus diretores não devem participar de cargos de confiança dentro da administração da UnB. Apesar disso, não há nenhum empecilho para que nossos associados que tenham representatividade sejam convidados pela administração e aceitem participar de cargos". (Murilo Milhomem)

Teatini: "Não houve nem vitoriosos ou vencidos"



Ávila está

O professor Geraldo Avila declarou ao Campus que não esperava uma grande resistência à indicação de seu nome para a reitoria da Universidade de Brasília: "Eu confesso que fui surpreendido pelo novo governo em não dar sequer um crédito de confiança".

Entende ele que se tivesse obtido apoio do atual governo, conseguiria estabelecer um diálogo dentro da universidade pois jamais iria administrá-la numa situação de confronto. Disse que a sua tentativa de diálogo foi frustrada e que um amigo descreveu sua renúncia como a primeira cassação da Nova República.

Na sua opinião, a escolha do futuro reitor pela comunidade não é o melhor processo pois "isso não ocorre em nenhuma universidade do mundo, mas pode ser que no Brasil funcione". Avila acha, ain-



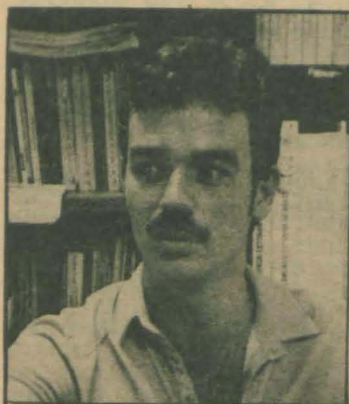
Estudantes: democracia chegou à UnB

"A pressão exercida pela comunidade universitária foi que influenciou em primeiro lugar na renúncia do Reitor e em segundo lugar, a manifestação em frente ao MEC conscientizou o professor Geral Avila de que ele não teria o apoio do atual governo. A primeira vitória que se conseguiu nesta Universidade nos últimos 20 anos foi sem dúvida a queda do autoritarismo e do regime que se encontrava presente na pessoa do reitor Azevedo."

Esta é a opinião de Álvaro Luchiezz, presidente do Centro Acadêmico de Economia e que esteve à frente do Conselho de Casdurante todo o processo que culminou com a renúncia do reitor Geral Avila. Para ele, os estudantes tiveram grande importância no processo de mudança da comunidade universitária, porque, embora desmobilizados, fizeram duas concentrações que foram fundamentais.

Segundo Álvaro, não houve quase atuação dos alunos, pois realizaram apenas uma concentração em frente a Fundação Getúlio Vargas em conjunto com os professores, onde conseguiram estabelecer contato com o atual Chefe do Gabinete Civil, José Hugo Castello Branco e outra que fizeram sem a presença dos professores, no dia da posse do professor Geraldo Avila, em frente ao MEC, e que demonstrou o inconformismo dos estudantes com a presença dele na UnB.

O presidente do CA de Econo-



Álvaro: nossas manifestações foram fundamentais.

mia acha que as lideranças já consagradas dos Centros Acadêmicos se encontram em processo de desgaste, porque vem atuando desde a implantação do DCE e destacou que essas lideranças se firmam no seu ponto de vista e se esquecem dos interesses do aluno.

A respeito da nova administração, acrescentou Álvaro: "Ela ainda não está estabelecida, mas iremos exigir do novo Reitor o compromisso com a comunidade universitária, e ele não terá apenas que resgatar aquele projeto inicial que a UnB se propunha a fazer para o país inteiro."

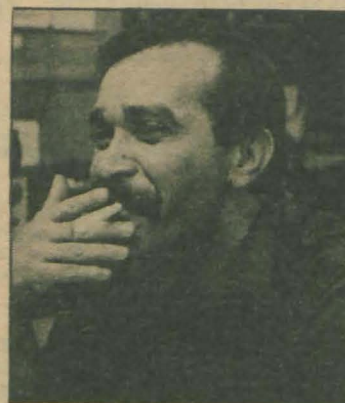
Primeiro, ele terá que colocar a casa em ordem, e depois ouvir aquilo que a comunidade está pedindo, que é a participação democrática, o reconhecimento dos órgãos dos estudantes e professores, as questões de dos professores, do MGA, salários, etc." (Wilfrida M. Natali e Maria Aparecida de Oliveira)

Funcionários são contra o continuísmo

"Achei marcante a participação dos funcionários no processo de mudança aqui na UnB, levando-se em conta a ação de todos, muito mais mobilizados do que os próprios estudantes. Os funcionários de um modo geral, entendem que se o professor Geraldo Avila permanecesse, seria o continuísmo do ex-reitor Azevedo, o que traria influências negativas para os alunos, funcionários e professores, devido ao seu passado não abonador em relação aos problemas da comunidade universitária". Esta é a opinião de Rosalvo Bezerra P. Filho, técnico de audiovisual do Departamento de Comunicação da UnB e membro atuante da Comissão de Funcionários.

Rosalvo considera o funcionário como a mola mestra da Universidade e afirma que todos estão felizes com os dirigentes provisórios e no ritmo de trabalho que se encontram, trabalharão aos sábados e domingos se preciso for.

Sobre a importância que os funcionários tiveram na renúncia do professor Geraldo Avila e sobre a escolha do novo reitor pela comunidade universitária Rosalvo disse que "é importante e fundamental a participação de todos, porque quando se trata de uma República Nova tudo deve ser mudado e é preciso que saiam aqueles que ocupavam cargos há muito tempo, para cederem lugares e outras pes-



Rosalvo: na Nova República, coisas novas.

soas que também precisam mostrar as suas capacidades. Entende-se por República Nova coisas novas que implicam em muito trabalho".

Rosalvo disse ainda que todos lutavam por uma Universidade democrática e e estão conseguindo êxito na luta, e que com a Nova República mudarão as pessoas, e todos abrirão seus espaços numa proporção horizontal, sem esperar que as coisas venham de forma vertical.

"Futuramente teremos uma nova associação dos funcionários da UnB, pois existe uma proposta aprovada em assembleia para que seja criada uma associação que represente o pensamento do funcionário independente. Ai então poderemos nos reunir para a defesa dos interesses da classe".

Quanto a escolha do novo Ministro da Educação, o funcionário respondeu: "É melhor um político do que um cientista". (Wilfrida M. Natali e Maria Aparecida de Oliveira)



surpreso

da, que o atual modelo de escolha dos reitores não é bom e que será tarefa do governo Tancredo Neves promover mudanças nesse sentido.

Perguntado se aceitaria participar de uma nova lista sêxtupla eleita pela comunidade, disse que seria bastante difícil aceitar. Alegou inúmeros problemas para a recusa mas admitiu, com certa relutância, que "caso conte com o respaldo da comunidade poderia pensar no caso".

Quanto à sua expectativa em relação ao futuro reitor, Avila espera que ele faça muitas mudanças, entre elas, a nível administrativo, que possibilite maior participação da comunidade nos rumos da universidade. Uma outra mudança, segundo ele de fundamental importância, seria a n.ºvel de currículo. Acha, por exemplo, que o básico não deveria ser obrigatório: "obrigatórios deveriam ser apenas as matérias do profissional".

Geraldo Avila afirma que não guarda mágoa de ninguém na universidade mas fez críticas ao trabalho da imprensa. Acusa um jornal de ter mentido quando publicou uma foto insinuando que professores e alunos haviam tentado agredí-lo. "Isso é obra de maus jornalistas. Eu não fui agredido por ninguém". (Murilo Milhomem).

Avila: sofreu a primeira cassação da Nova República.



da greve. Professores comemoram.

O calendário da crise

19.12.83 — Promulgada Lei 7.177, que revoga a Lei 6.733, a famosa "Lei Azevedo" — que colocava os mandatos de reitor como cargos de confiança exclusivos do Presidente da República — e revigora a lei anterior, Lei 5.240. O reitor volta a ser escolhido pelo Presidente da República, retirado de uma lista sêxtupla, eleita por um Colégio Eleitoral da Universidade. O mandato do reitor passa ter prazo fixo: quatro anos, sem possibilidade de recondução. Seguindo o exemplo de outras universidades, onde o próprio Conselho Universitário procurou ouvir a comunidade, como São Carlos, Paraíba e Santa Catarina, a ADUnB começa a articular-se para eleger o novo reitor.

Jan. 84 — A UnB envolve-se em negociata imobiliária com a Valença Veículos e o Banco do Brasil, trocando 10 projeções na SQN 208 por um único lote no Setor Hoteleiro Norte. A universidade sai com um prejuízo de sete bilhões de cruzeiros.

Mar. 84 — AADUnB já tem preparadas as prévias. Retarda-as, porém, esperando a participação do DCE, desarticulado desde as últimas eleições, em outubro de 83.

18.04.84 — O presidente Figueiredo determina medidas de emergência em Brasília e cidades próximas, a fim de garantir a derrota da Emenda Dante de Oliveira. O comício pelas diretas é cancelado.

23.04.84 — Em assembleia, os estudantes propõem a utilização do Campus Universitário para o comício. Diante disso, a Reitoria decreta recesso e a Universidade é cercada por forças policiais.

24.04.84 — Assembleia dos professores na sede da OAB, onde decidem repudiar o recesso e se unir aos estudantes no Congresso Nacional. A noite, no Congresso, envolvem-se em confronto com a polícia.

25.04.84 — Derrotada a Emenda Dante de Oliveira.

27.04.84 — Termina o recesso. Os estudantes fazem passeata pela L-2 Norte em protesto contra a rejeição das diretas e os últimos acontecimentos na UnB. Há um novo confronto com a polícia. Na confusão, os estudantes refugiam-se no Colégio da Asa Norte. Os policiais atiram bombas de gás dentro do colégio. Dez crianças são hospitalizadas. O presidente da UNE, Acyldon Mattos Paes e mais dois estudantes são presos. Os professores Antonio Ibañez Ruiz, presidente da ADUnB e Carlos Alberto Torres Lima são indiciados.

02.05.84 — Carta dos professores do Departamento de Letras repudiando a invasão do campus e os acontecimentos do dia 27, endossado pelos professores do Instituto de Ciências Sociais.

03.05.84 — Fim das emergências.

09 e 10.05.84 — Os professores realizam as prévias para reitor. A ADUnB consulta os mais votados sobre a sua disposição ou não de dirigir a Universidade.

21.05.84 — O professor Geraldo Avila envia carta ao Presidente da ADUnB, confirmando sua decisão de retirar seu nome da lista de candidatos à reitoria. Nesse mesmo dia, realiza-se um Congresso Universitário, em que a comunidade formula os compromissos do novo reitor.

22.05.84 — Debate com os reitoráveis.

23.05.84 — Eleição da lista sêxtupla por alunos e professores. São escolhidos oito nomes, sendo os mais votados Dercio Garcia Munhoz e Cristóvan Buarque.

Junho 84 — Diante da tentativa de Azevedo de reunir o Colégio Eleitoral em período de férias, com a universidade vazia, e face à sua interpretação de que o Colégio só deveria compor-se do Conselho Diretor, professores e estudantes entram em greve.

Julho 84 — Procurando pressionar a aceitação da lista sêxtupla da comunidade, 3 alunos fazem greve de fome.

Agosto 84 — Reunião do Colégio Eleitoral, elegendo lista onde se destacam os nomes de Geraldo Avila e Aluisio Prata, apoiados por Azevedo e Dercio Munhoz e Cristóvan Buarque, apoiados pela comunidade.

Set. 84 — UnB volta às aulas.

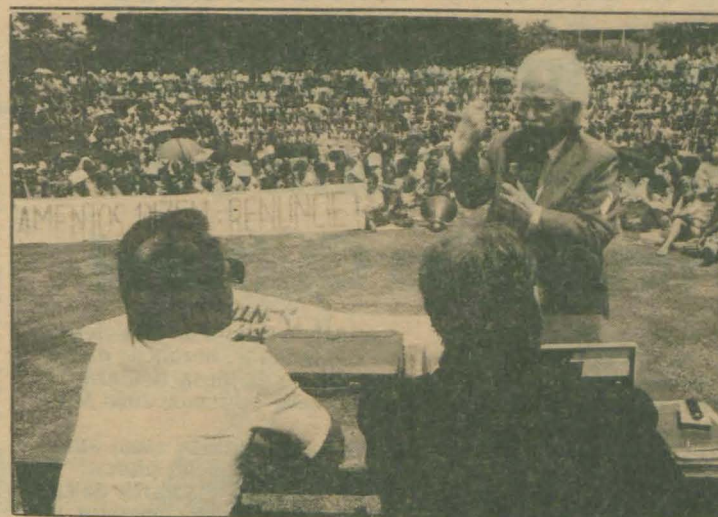
Out. 84 — ADUnB entra com recurso no CFE, procurando impugnar a lista, baseada no fato de dois dos membros do Colégio estarem com seus mandatos vencidos.

Out/Nov 84 — ADUnB intensifica contatos junto a políticos ligados a Tancredo, em busca de apoio aos seus nomes na lista.

04.12.84 — Carlos Castello Branco afirma em sua coluna que somente dois nomes têm chances de serem reitores da UnB: Aluisio Prata, apoiado por Azevedo e Geraldo Avila, apoiado pela ADUnB.

06.12.84 — ADUnB envia carta a Tancredo Neves, mandan-

A história da sucessão do antigo reitor Azevedo. As pressões feitas por alunos, professores e funcionários. Uma síntese dos acontecimentos que abalaram a UnB.



07.03.85 — Pompeu de Souza pede a renúncia de Avila.

do exemplar do jornal Campus, que cobriu a sua presença na UnB, e chamando sua atenção para a nota de Castello e para a crise na Universidade.

07.12.84 — Castello publica a resposta da ADUnB, negando o apoio a Avila e afirmando que os únicos nomes que a comunidade aceita são Munhoz e Cristóvan.

18.12.84 — Tancredo responde à carta, dizendo-se solidário à ADUnB e seu pleito.

Dez. 84 — A ADUnB continua seu trabalho político, solicitando à Ministra da Educação, Esther de Figueiredo Ferraz que a nomeação do reitor fosse feita por Tancredo. A Ministra responde que considera seu dever fazer com que Figueiredo nomeie, embora garanta que o que se busca é a pacificação na UnB.

26.02.85 — Para surpresa da comunidade acadêmica, o professor Geraldo Avila é nomeado o novo reitor da UnB.

27.02.85 — ADUnB divulga nota pedindo a renúncia de Avila e reafirmando seu apoio a Dercio e Cristóvan.

01.03.85 — Em protesto contra a nomeação, os professores decidem paralisar as aulas até o dia 04.03.

03.03.85 — Carlos Chagas explica em sua coluna o processo de condução de Avila à reitoria. Segundo o jornalista, o Gal. Otávio Medeiros, Chefe do SNI, por influência direta de José Carlos Azevedo, teria apresentado a Figueiredo um dossiê, vetando, por razões políticas, o nome de Cristóvan Buarque.

04.03.85 — A ADUnB conversa com Avila. Nessa ocasião, lhe pede que adie a posse. Na UnB, a greve continua.

06.03.85 — Professores fazem assembleia de 300 pessoas, exigindo a renúncia de Avila e mantendo a greve. Paralelamente, os estudantes, também em assembleia, convidam Avila a se defender. Ele aceita e marca para o dia seguinte uma conversa com toda a comunidade.

07.03.85 — Na reunião com alunos, professores e funcionários, massacrado pela grande maioria que pedía a sua renúncia, Avila aceita a sugestão do

intermediador, Maurício Corrêa e coloca o cargo à disposição de Tancredo.

08.03.85 — No Congresso, o senador Humberto Lucena faz um apelo a Avila que renuncie, "em nome de tão sofrida UnB".

09.03.85 — Em entrevista, Avila afirma que tem o apoio da maioria da comunidade, sendo a sua rejeição fruto de patrulhamento ideológico.

12.03.85 — Professores e alunos concentram-se em frente à Fundação Getúlio Vargas, no dia do anúncio do Ministério Tancredo Neves. A ADUnB consegue entrevista com o chefe do Gabinete Civil do novo governo, José Hugo Castello Branco.

13.03.85 — Avila toma posse, sob intensas manifestações de protesto de alunos e professores.

14.03.84 — Avila começa a despachar, desprezando a greve, que considera apenas "uma pequena paralisação".

15.03.85 — O Secretário da Educação Superior, Gamaliel Herval, é nomeado por Marco Maciel gestor da crise. Imediatamente, entra em contatos com Avila e ADUnB.

19.03.85 — Por sugestão de Gamaliel, cria-se uma comissão, integrada pelo próprio Avila, pelo presidente da ADUnB, José Carlos Teatini, pelo deputado Hermes Zannetti (PMDB-RS), pelo presidente da OAB, DF Maurício Corrêa e pelo presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, Rai mundo Romeo, para estudar a crise da Universidade de Brasília. Na reunião da comissão, Avila concorda em renunciar, caso o Ministro não lhe desse apoio. No final da tarde, a Comissão entra em contato com Marco Maciel, que deixa claro não apoiar Avila, embora não tenha poderes para destituí-lo. À 1:30 hs do dia seguinte, Avila entrega sua carta.

20.03.85 — Fim da greve. O MEC designa o vice-reitor de Azevedo, Luís Otávio de Souza Carmo, Reitor da UnB, com o compromisso de convocar novas eleições. A universidade volta à sua normalidade.

Rudolfo Lago e Juarez Libalno

Participação. Discussão aberta. Democracia. Essas são algumas das palavras-chaves que definem as expectativas de artistas, produtores e animadores culturais em relação à nova administração da FCDF. A comunidade artística, "barrada no baile" durante anos a fio, anseia por um novo momento de discussão da questão cultural junto ao órgão responsável, reivindicando a descentralização das decisões e a democracia da informação.

Artistas anseiam por um verdadeiro espaço dentro da Fundação Cultural

A enfermidade do presidente Tancredo Neves tem provocado no País inteiro uma tensão não somente em relação a sua saúde. De sua recuperação depende, entre outras coisas, a nomeação direta ou indiretamente de vários cargos governamentais de extrema importância, como é o caso da direção da Fundação Cultural do Distrito Federal.

Governos autoritários nunca estiveram interessados em questões culturais. Muito pelo contrário. E Brasília, pela sua condição especial de capital do poder político, foi, ao longo desses 21 anos, massacrada culturalmente. Apesar disto, tentou-se, e foi realizada, muita coisa boa em diversos segmentos da cultura local. A cidade reúne pessoas dos quatro cantos do Brasil e do mundo, o que se produz em uma incrível diversidade de idéias, tendências, bagagem-experiências, esperanças, metas, e outros elementos que geram cultura.

O TRABALHO LOCAL

João Antônio, ator, lembra de várias experiências, que contavam com a participação em peso de grupos teatrais e do público, tais como o teatro das segundas-feiras, o teatro móvel e a inauguração do Teatro Galpão com a peça "O homem que enganou o diabo e ainda pediu troco", de Luís Gutemberg, uma peça com autor, direção, produção e elenco da cidade. "A idéia era mostrar que nós tínhamos condição de fazer um espetáculo completo aqui e que este funcionasse". E funcionava. "Contando essas coisas parece que é um tempo que está por vir". Mas a verdade é que mesmo na época da ditadura, havia ali uma ilha de democracia.

O fato é que a vontade de realizar, produzir, era tão grande que nem a falta de incentivo e a repressão impediam a criação de trabalhos. Entretanto, Brasília tem a triste peculiaridade de gerar trabalhos e não ter condições de desenvolvê-los. Verbos como "desaquecer", que no dicionário da FCDF da época significava desativar de uma forma ou de outra movimentos culturais que estão ganhando importância, foram amplamente utilizados. "A

paranóia e a falta de consciência de comunidade, heranças da Revolução de 64, desarticularam o movimento", afirmou João Antônio.

Com a entrada da atual administração a situação piorou. "A FCDF orientou-se a partir de critérios individuais, princípios de elite", constata Fernando Villar, diretor e autor teatral. "Grandes verbas são direcionadas para óperas e peças "globais" e miseráveis verbas para projetos do tipo Platóia e trabalhos gerados na cidade".

Em consequência da posição paternalista, da falta de diálogo, da burocracia totalmente incompatível com o que deveria ser um FC, movimentos culturais de importância e porte como o "Grupo Cabeças", que articulava praticamente todos os segmentos da comunidade artística e cultural, foram "desaquecidos" por total falta de apoio do órgão responsável pela cultura da cidade.

A NOVA ADMINISTRAÇÃO

O restabelecimento do diálogo entre artistas, burocratas e público, é o primeiro passo para que haja um desempenho correto da administração cultural.

Para Neio Lúcio, uma das "cabeças" do Grupo Cabeças, a população do DF acredita no trabalho local. Falta apoio da Fundação para que se possa exercer e lapidar esses trabalhos. Toda comunidade está colocando fé nos bons ventos da Nova República. Além da discussão em torno do conceito de cultura, os artistas julgam indispensável que a direção da FCDF seja indicada pelos fazedores de arte e que essa direção caiba a alguém que tenha um bom trânsito político e sensibilidade necessária para acreditar na arte e na cidade. "A cabeça deve ser o coração", comenta Cristina Fernandes, animadora cultural.

As expectativas são muitas: debates abertos, artistas administrando a Fundação Cultural, a Fundação atuando como oficina e com total acesso da comunidade. Isso entretanto deve ser colocado na prática para que a cultura brasileira possa tomar a dimensão que ela merece.

(Mônica Ferreira e Suzy Sobral)

A vez do índio e do negro na cultura

No debate sobre a Constituinte realizado pela Ordem dos Advogados-OAB/DF, no mês de março, um representante da Comunidade Negra de Brasília surpreendeu o jurista Miguel Seabra Fagundes convidando-o para reivindicar a colocação de um Ministro negro no Supremo Tribunal Federal. Esse parece ser um exemplo de desejo dos segmentos mais marginalizados da população de participarem e serem representados no novo Governo. Com a criação do Ministério da Cultura, o negro, a mulher e o índio ganharão sua respectiva Assessoria encarregada de avaliar a situação desses segmentos na sociedade brasileira.

O NEGRO E O ÍNDIO

"Eu só entendo um pacto social e uma Nova República na medida em que todos os segmentos populacionais deste País estejam representados neste câmbio estrutural e profundo que se pretende fazer no Brasil. Dai por que sendo o Brasil um País multiracial e inter-étnico, é que vejo a possibilidade de criação de uma Assessoria para Assuntos Afro-Brasileiros". Essa é a expectativa de Carlos Moura, Presidente do Centro de Estudos Afro-Brasileiros e provável assessor para Assuntos da Cultura Negra.

Segundo ele, as primeiras atividades a serem executadas pela Assessoria seriam mapear os ciclos históricos negros que existiram no Brasil; trabalhar na concretização do Memorial Zumbi, na Serra da Barriga em Alagoas, e manter um estreito relacionamento com as representações dos Países africanos no Brasil, especialmente os de língua portuguesa. Essa Assessoria trabalharia intimamente ligada com os movimentos e entidades negras e de cultura Afro-Brasileira.

A Assessoria para Assuntos da Cultura Indígena deverá ser entregue ao índio Marcos Terena, atual chefe de gabinete da FUNAI. O grande desafio da Assessoria será o de trabalhar de modo a permitir que os índios possam se articular com a sociedade brasileira sem que para isto tenham que abrir mão de sua identidade. A futura Assessoria conta com o apoio de vários setores da população, porém em algumas sociedades indígenas há o receio de que se venha folclorizar o índio, o que na opinião do Antropólogo e Coordenador de Etnias da Fundação Nacional pró-Memória, Olympio Serra é um risco que se deve correr.

A MULHER

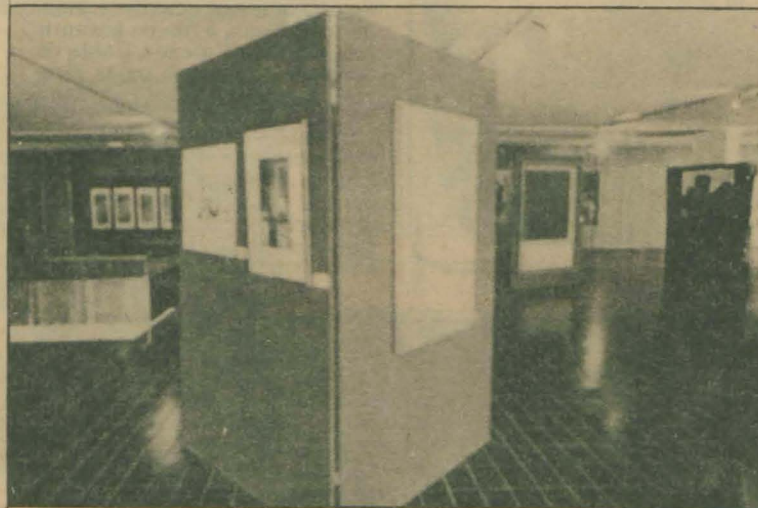
Quanto à situação da mulher na

Nova República há duas expectativas. Uma diz respeito à criação do Conselho Nacional da Mulher vinculado diretamente ao Presidente da República e a outra à criação da Assessoria da mulher no Ministério da Cultura.

Em relação ao Conselho, já existe uma Comissão no Parlamento encarregada de elaborar uma minuta, cuja idéia básica seria a de centralizar todos os assuntos das políticas governamentais referidas à mulher. Segundo a Antropóloga Lia Machado, membro do movimento feminista Brasília - Mulher, a Assessoria da Mulher no Ministério da Cultura por sua vez poderia ter uma área específica de atuação sobre a questão da mulher, principalmente desconhecimento, de pesquisa e de trabalho no contexto da cultura institucionalizada da arte. Lia acrescenta ainda que o papel desta Assessoria seria a de trabalhar com a posição da mulher no contexto cultural, fazendo um resgate seu papel histórico no Brasil.

Essas futuras Assessorias representam uma conquista dos próprios movimentos e entidades do negro, da mulher e do índio. Se eles não tivessem se organizado o Governo não viria simplesmente lhes oferecer um lugar ao sol da Nova República. (Edna Cristina e Catarina Guerra)

Museu de Arte de Brasília: quem acredita na realização desse sonho?



Vinculação do MAB à Fundação Cultural cria polêmica.

A existência de um museu que abrigasse as artes plásticas era uma reivindicação antiga dos artistas da cidade. A esperança de se suprir essa carência veio com a inauguração, no dia 7 de março, do Museu de Arte de Brasília, o MAB, instalado no prédio do antigo Casarão do Samba, no Setor de Hotéis de Turismo Norte, localizado entre a Concha Acústica e o já desativado Brasília Palace Hotel.

Montado em aproximadamente três meses, o MAB foi criado pela Fundação Cultural do Distrito Federal e tem como administradora Leda Watson, formada em Belas Artes e há vinte anos se dedicando às artes plásticas. A consultoria técnica fica a cargo de João Evangelista Andrade Filho, artista plástico, museólogo e professor da UnB. O acervo consta de 500 obras de 196 artistas, das quais 300 se encontram expostas.

O projeto do museu começou a ser elaborado nos meses de julho e agosto pela Fundação Cultural. Sua completa vinculação a ela torna o MAB dependente das resoluções tomadas pelo Conselho

Deliberativo da Fundação Cultural, o que dificulta quaisquer iniciativas autônomas.

CRÍTICAS

Com um mês de vida, o Museu de Arte de Brasília foi e continua sendo alvo de muitas críticas. Alguns artistas da cidade se ressentem por não terem sido convidados a participar da elaboração do projeto. Da mesma forma, apesar da clara necessidade de se criar um museu como o MAB, a pressa com que foi montado deu a alguns artistas motivos para pensar que ele teria sido feito apenas para acobertar a falta de realizações no âmbito cultural durante o governo José Ornellas.

O artista plástico Eduardo Carreira é um dos que pensam dessa forma. Ele discorda radicalmente da maneira como foi criado o museu, mas, apesar disso, deu o seu apoio cedendo uma de suas obras ao acervo e comparecendo a sua inauguração. Assim como ele, grande parte dos artistas plásticos de Brasília também apoiou o museu.

Isso se deve mais propriamente à presença, na organização do MAB, de João Evangelista, considerado por todos como a pessoa mais capaz e indicada para exercer um cargo técnico, administrativo e político no museu. E de autoria dele o projeto que a direção pretende por em prática. Ele consta de atividades ligadas à comunidade, cursos teóricos — como História da Arte e Restauração —, um centro de documentação composto por slides, fotos e arquivos sobre os artistas, além de exposições retrospectivas e documentais. Pretende-se formar também um Conselho Deliberativo constituído de artistas e representantes da comunidade, que dividiria com a direção a responsabilidade sobre as decisões tomadas.

A partir da execução desse projeto, especialmente do Conselho Deliberativo, a reivindicação dos artistas por uma participação ativa nas decisões pertinentes ao seu trabalho estariam mais próximas de serem atendidas. (Rosane Carneiro e Cláudia Rangel)

A Funarte reserva, para o mês de abril, apresentações de artistas brasileiros em mais um Projeto Funarte. A temporada começou com Sebastião Tapajós e prossegue com Carlos Bivar, de 12 a 14, Cristina Vasconcellos, de 19 a 21 e Rosa Passos, de 24 a 28.

Os espetáculos serão realizados na Sala Funarte, às sextas e sábados, no horário das 21 horas e, como novidade, aos domingos às 18:30 horas com o objetivo de possibilitar que o público das cidades-satélites assista aos espetáculos. (Rosani Aparecida).

Bem-vindos à Nova República!

Se a inesperada crise de saúde do presidente Tancredo Neves por um lado demonstra que a auto-denominada Nova República está nascendo sob um esmagador apoio popular, o recelo nacional pela sua morte revela que o Presidente personificou as propostas de mudança da transição democrática, a tal ponto que seu desaparecimento seria um impacto difícil de ser absorvido.

Resultado indireto da campanha das diretas, Tancredo Neves é o ponto de equilíbrio da frágil e heterogênea aliança política que dá sustentação ao novo governo, cuja sobrevivência depende ainda da superação de toda a herança do antigo regime.

Numa tentativa de traçar um perfil deste governo repleto de sutilezas e contradições, o Campus conversou com os professores Walder De Góes, David Fleischer, Adalgisa Maria V. do Rosário e Dércio Munhoz, além do deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), Comissão Interpartidária para a Reforma Eleitoral e Partidária.

Ilustração: Humberto



"A Nova República é, por enquanto, apenas um ato de retórica". Com essa frase, o sociólogo e jornalista Walder de Góes, professor do Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais da UnB, deixa clara a sua opinião a respeito do governo que se inicia. Para Walder, a instituição da Nova República como um sistema mais moderno e democrático vai depender da evolução de três subprocessos, como ele mesmo define: o primeiro relacionado à construção da institucionalidade, isto é, "a criação de instrumentos institucionais legais que permitam a penetração da dinâmica social no Estado"; o segundo reporta à "necessidade do equilíbrio entre os patamares de consenso e de conflito"; uma espécie de paz política entre o governo e oposição, e por fim, o terceiro, dependente dos dois anteriores, que é o aumento da consistência das formas de participação.

No entanto, para que estes três sub-processos se concretizem, Walder de Góes aponta algumas dificuldades, a começar pela natureza clientelística da elite política brasileira: "O clientelismo é um instrumento de poder, um mecanismo pelo qual os recursos políticos e econômicos se distribuem segundo um sistema de relações muito fechado. A eleição da Aliança Democrática não significou até agora um arrefecimento do clientelismo, ao contrário, parece que houve um razoável aumento". O professor cita como exemplo a formação do atual Ministério, que teria sido uma operação desencadeada sob nitida inspiração clientelística.

CORRUPÇÃO

De qualquer forma, assegura Walder, a existência de um governo político em substituição a um governo tecnocrático já demonstra diferenças óbvias. A passagem de uma prática de imposição para uma prática de negociação e a existência deste go-

verno político devem significar uma redução no coeficiente de corrupção do Estado, pois se "em um regime fechado a corrupção é absoluta, nos regimes abertos a corrupção é relativa". A importância está no fato de nos regimes fechados a corrupção ser o elemento número um do processo decisório.

E o que esta Nova República tem realmente de nova? A professora Adalgisa Maria V. do Rosário, do Departamento de História da UnB, considera que o Brasil está entrando, na realidade, em uma segunda Nova Repúbli-

ca, eferescência das forças populares e nacionalistas dos países subdesenvolvidos". Como fator interno teríamos as pressões feitas pela população brasileira, "pressões que já eram sensíveis nos governos Geisel e Figueiredo, obrigados a distender o regime para evitar que estas pressões explodissem".

E a professora conclui: "O que temos agora é uma perspectiva real de mudanças dentro do que vinha acontecendo nestes últimos vinte e um anos. Preocupame o fato da esperança levar a uma euforia, o que pode fazer o povo

que não teremos mais partidos do governo, e sim, partidos no governo". E o Congresso já antecipa estas mudanças com a criação de uma Comissão Interpartidária, que estuda a reforma da legislação eleitoral e partidária. O deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), membro da Comissão, assegura que o atual quadro político não abrange as várias correntes ideológicas existentes no país. "O regime autoritário evitou que os partidos se sedimentassem".

A livre criação de partidos, a minimização da interferência do

econômica o maior motivo de preocupação e o maior número de especulações. O Ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, integrante do antigo governo, anunciou que a diretriz a ser seguida será baseada na filosofia da Nova República. O professor Dércio Munhoz considera difícil fazer previsões sobre qual a direção da política econômica do governo. "A visão mais ortodoxa mostrou-se ineficiente e trouxe um processo de desorganização do país. Se os ministros da área mantiverem o mesmo diagnóstico que orientou o último governo,

necessariamente a política contra a inflação será a mesma. Se o diagnóstico não for alterado, o remédio não deverá mudar. E pelos dados que temos por enquanto parece que o diagnóstico não foi alterado".

O sociólogo Walder de Góes também concorda com esta tese quando diz que não haverá mudanças estruturais na economia: "a proposta do Ministro Dornelles é apertar mais fortemente os mesmos botões que vinham sendo apertados. A diferença é quanto à sua execução". Nesse sentido, a li-

nha econômica não poderá mais ser imposta e sim negociada. Os indicadores econômicos demonstram a tendência a uma política ainda mais recessiva. As medidas postas em prática resultarão basicamente em uma forte retração dos gastos públicos e da base monetária, além de um expressivo arrocho fiscal. Isto representa, a curto prazo, queda na liquidez e diminuição das encomendas do setor público ao setor privado, acarretando mais desemprego e redução de produção. A questão é, de acordo com Walder, "saber se o governo tem um poder de alavancagem, condição para manter o apoio da opinião pública, sustentando uma política econômica recessiva durante seis a oito meses sem trégua".

Kátia Turra



"Estamos passando de uma política de imposição para uma de negociação, essa é a diferença"

(Walder)

"A Nova República e um novo arranjo das mesmas classes dominantes assim como em 30"

(Adalgisa)

ca. "A primeira foi em 1930, quando Vargas chegou ao poder com a chamada Aliança Liberal e a maior semelhança é que ambas representam apenas um rearranjo, uma nova tática de setores das classes dominantes forçadas por pressões externas e internas".

PRESSÕES PELA DEMOCRACIA

Adalgisa ressalta que o fator externo está na descoberta que o capitalismo internacional fez de que os governos ditatoriais lhes são perigosos e inseguros. "Se financiar ditaduras na África e América Latina era, há alguns anos, um negócio extremamente lucrativo para as grandes potências potências, principalmente para os Estados Unidos, atualmente pode significar um eixo de rompimento com o sistema, pela

esquecer que ele deve ter uma perspectiva de futuro. Afinal, os problemas de inflação, educação, moradia e saúde são reais. Tancredo está aí desde a primeira Nova República e representa a conciliação de todos os grupos existentes de 1930 até hoje; a História não muda o caráter das pessoas, assim como as pessoas não fazem a História individualmente".

A POLITICA GANHA

O que se pode esperar em termos de mudança deste governo tão heterogêneo? O que significa um governo mais político que tecnocrático? No âmbito político, as mudanças serão significativas. Pelo menos esta é a opinião do professor de Ciência Política da UnB, David Fleischer, especialista em partidos políticos. A diferença fundamental, diz ele, "é

Estado nos órgãos partidários e o expurgo dos excessos de arbítrio da legislação eleitoral são pontos consensuais entre os membros da Comissão. Para o deputado, estas mudanças acarretarão uma intensa reorganização partidária. O professor Fleischer concorda com esta Democrática, fortalecer o PFL e, principalmente, causar sérias perdas para o PMDB. Por outro lado, salienta que, nas eleições de 86, será difícil atingir o povo com novas legendas. "Com isso, não será de se estranhar que os políticos busquem segurança sob a sigla do PMDB, já incrustada na população".

ECONOMIA POUCO MUDA

Mas, com certeza, está na área

(Luciano Suassuna, Ulisses Lacava, Alessandro Galvão, Ana Paula Araripe, Bilau Pereira, Carlos André, Mário César e Vinícius Dória).

Sob fogo cerrado, apartheid resiste

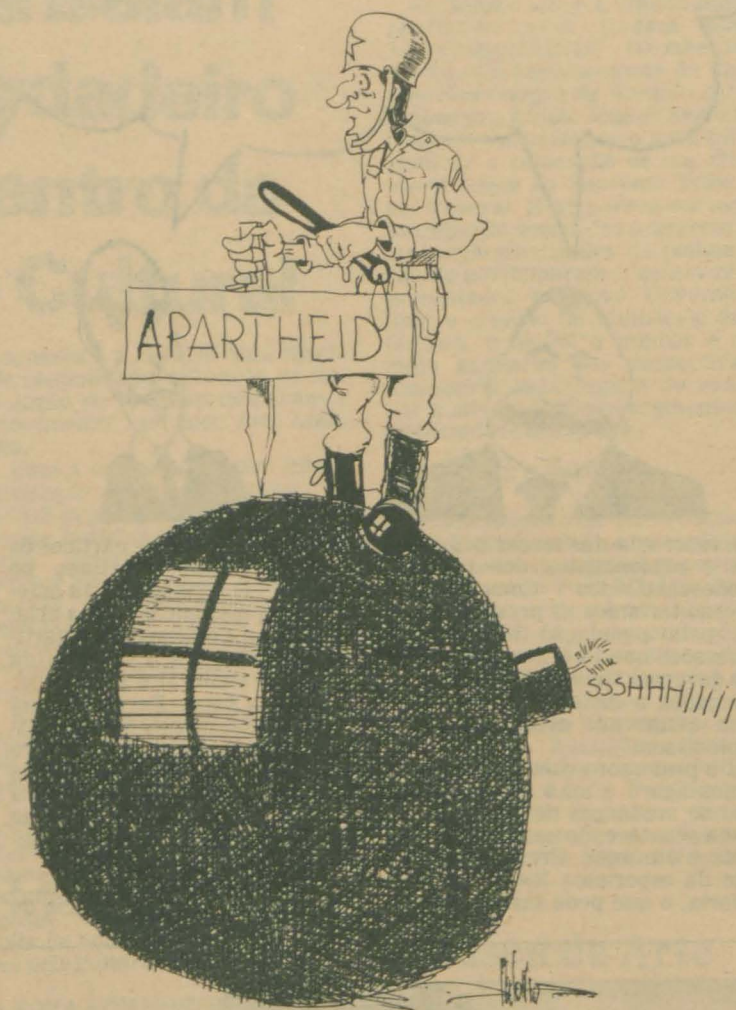
A crise política que está atingindo a África do Sul é a mais aguda de sua tumultuada história. O governo segregacionista de Pieter Botha, há seis anos no poder, procura ganhar tempo e administra pressões de todos os lados.

O Partido Nacional, defensor da política do apartheid (desenvolvimento em separado), tem feito severas críticas a Botha após o episódio da concessão do direito de voto a mulatos e indianos. A Frente Democrática Unida (UDF) apoiada na classe média e em mais 600 organizações da sociedade civil (de brancos e negros) lidera a campanha do voto aos negros. O proscrito Congresso Nacional Africano (ANC), movimento negro guerrilheiro, anuncia que se prepara para a guerra civil. As restrições diplomáticas dos países ocidentais ao regime racista aumentaram. O Conselho de Segurança da ONU condenou, por unanimidade, a matança de negros na África do Sul, com o voto inédito dos EUA. A concessão do Prêmio Nobel da Paz de 1984 ao bispo anglicano Desmond Tutu chamou a atenção do mundo para o racismo sul-africano. O apoio comercial do Bloco Ocidental à África do Sul também se encontra em discussão, mas razões estratégicas, como a potencialidade mineral daquele país, indicam que pouco deve ser alterado.

Sem apoio de parte da sociedade civil e mesmo dentro de seu partido, Botha distanciou-se do Parlamento e ampliou seus poderes. Conta com o suporte das Forças Armadas, a quem agora cabe a repressão aos anti-racistas, papel antes exercido pela Polícia.

A política do apartheid que completa 40 anos, fracassou, mas as recentes liberalizações do regime não indicam o fim do racismo. Ao contrário, procuram enfraquecer o movimento anti-racista a abrir espaço para tentar fazer o que o apartheid não conseguiu seus 40 anos: o afastamento dos negros dos centros urbanos. Nas últimas semanas, algumas operações de grande porte foram montadas para remoção de comunidades inteiras de negros. O fim da linha para estas pessoas são territórios "independentes" dentro da África do Sul. Territórios pobres e com pouca possibilidade de emprego, cuja independência não é reconhecida internacionalmente. São os chamados "homelands" ou "bantustões".

Pelo sistema do apartheid, os negros ou pelos menos sua maioria deveriam ser gradualmente afastados das áreas urbanas para o trabalho e o desenvolvimento de territórios específicos da África do Sul. A ideia requeria, porém, investimentos nas regiões, o que os impulsos econômicos do pós-guerra e dos anos 70 não promoveram. Hoje, 10 milhões de negros vivem nas áreas urbanas. O desemprego é de 20% e o risco de explosão social é grande. A ideia dos bantustões é oportuna, pois confere aos brancos mais um instrumento de repressão: pela lei, o negro que vive nestas regiões é



considerado estrangeiro em áreas urbanas.

REPERCUSSÕES NO BRASIL

O deputado negro Abdias Nascimento (PDT-RJ), membro da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, proôs à sa daquela Casa indicação ao Poder Executivo sugerindo que o Brasil rompa relações diplomáticas com a África do Sul. A Mesa, agora, deve se pronunciar sobre o assunto. Se for considerada procedente, a proposta volta para Comissão de Relações Exteriores para votação. Uma vez aprovada, a indicação será encaminhada à Presidência da República. O valor jurídico de uma indicação se restringe a simples sugestão ao Poder Executivo, ou seja, não tem força de lei.

Ao justificar sua proposta, Abdias Nascimento se ampara em recentes resoluções de órgãos da ONU. Uma, do Conselho de Segurança, condena a matança de negros na África do Sul. Outra, da Assembleia Geral, qualifica o sistema do apartheid de "crime contra a humanidade". O deputado apelara o sentimento de grande parcela do povo brasileiro de origem africana e finaliza: "Esperamos que abertura política da nossa Nova República signifique também uma posição nova diante da África do Sul, cujo poderoso lobby em nosso país não pode continuar desafiando nosso com-

promisso com a efetiva e verdadeira igualdade de todos os seres humanos".

A POSIÇÃO DA NOVA REPÚBLICA

Em seu discurso de posse, o chanceler da Nova República, Olavo Setúbal traçou como compromisso básico de seu ministério colocar a diplomacia a serviço de resultados concretos para o país. Segundo essa diretriz, as questões internacionais devem ser encaradas realisticamente, sem que fenômenos políticos puros afetem aspectos econômicos e comerciais do relacionamento externo. Por esta ótica, o Brasil já teria problemas econômicos suficientes para se dar ao luxo de criar obstáculos políticos no tortuoso caminho do pagamento da dívida externa. O Itamaraty deverá, desta forma, auxiliar a equipe econômica do Governon nas negociações com órgãos internacionais e no aumentado intercâmbio comercial.

Em recente entrevista, o chanceler afirmou que romper com a África do Sul seria uma medida extrema e que o Brasil deve, ao contrário, aumentar o comércio com este país. Esta posição, segundo o ministro, deve ser avaliada dentro do potencial econômico em seu sentido mais estrito, sem nenhuma conotação política. (Fabricio Marques, Flávio Pinto e Nina Vale)

Miséria e falta de comunicação caminham juntas em toda África

"Falar dos meios de comunicação na África implica constatar, de imediato, que essa é a região mais mal servida, em termos de rádio, cinema, agências de notícia e televisão de todo o mundo".

Esta afirmação do professor Salomão Amorim, do Departamento de Comunicação da UnB, pode nos dar uma ideia de como anda o continente africano em termos de informação. A miséria que assola aquela região do mundo caminha, lado a lado, com a penúria dos meios de comunicação. Os países de colonização portuguesa não fogem a essa regra. Em Angola, por exemplo, existe dificuldade de se encontrar um técnico para operar uma câmera de televisão. Esta situação coloca o país a anos-luz de distância dos países mais desenvolvidos, onde a preocupação é a tecnologia de ponta, como a construção de satélites ou a informática.

O professor Salomão acha que os países africanos vivem na condição de ex-colônias e que, apesar de terem alcançado independência política, continuam dependentes economicamente. Isto se reflete na área da comunicação que, além de não dispor de recursos financeiros, sofre os efeitos de uma quase completa penúria tecnológica e profissional. Quase não existe produção local de programas de televisão. Em Angolapodem-se assistir apresentações de balé clássico soviético e novelas brasileiras. A produção nacional fica por conta das transmissões de jogos de futebol, alguns programas de caráter social e o jornalismo. As notícias são produzidas pelo Departamento de Imprensa, um órgão do governo. Aliás, em toda a África, a televisão e o rádio são estatais, não havendo concessões para grupos privados, como acontece aqui no Brasil. Isto se deve, em parte, à insuficiência de capital ou à inviabilidade econômica. Alguns países não possuem um mercado suficientemente rico para financiar os comerciais de rádio e TV e capaz de cobrir os altos custos de implantação de uma emissora nos padrões europeus. Empresários estrangeiros chegaram a investigar em alguns lugares, mas logo desistiram, quando perceberam que o retorno de seus investimentos se daria em um processo muito lento.

ARGÉLIA

Existe, porém, uma outra razão para que alguns países africanos deixem o setor de comunicação a cargo do Estado: é o motivo político. Para Bondjema Mahdi, segundo secretário da Embaixada da Argélia no Brasil, a TV não pode ser privada porque

é um veículo muito importante. Ele acrescenta que, em seu país, a TV é a voz do Estado socialista. Embora tente explicar que existe liberdade de expressão na Argélia, cai em contradição ao dizer que não é permitida a presença da pornografia nos meios de comunicação. Ele garante que isso se deve ao caráter religioso do governo argelino que está ligado ao Islamismo. O único canal de TV do país transmite, aproximadamente, 3 horas de programas jornalístico por dia, ao passo que também a única emissora de rádio fornece notícias de hora em hora. A leitura do Alcorão, que é a "Bíblia" da religião islâmica, é obrigatória na abertura e no encerramento das emissoras. "El Moudjahid", o principal jornal impresso da Argélia defende o sistema socialista.

LIBIA

Fathallah Khalifa Gebril, secretário para Assuntos de Informação da Embaixada da Líbia foi mais explícito, ao falar da censura em seu país. "Crítica ao Coronel Kadafi não passa", revela ele. Além disso, como acontece na Argélia, não se permite pornografia, também por motivos religiosos.

Parece que a comunicação na Líbia é uma das mais desenvolvidas da África, apesar do país dispor de, somente, 2 canais de TV, 3 emissoras de rádio, 8 jornais impressos e uma agência de notícias. Gebril afirma que, em seu país há um televisor para cada casa e, em média, 2 aparelhos de rádio por família. A programação inclui novelas libanesas, jordanianas, e do Kuwait, além de "shows" de música popular, filmes árabes, americanos e franceses. Michael Jackson é bem conhecido na Líbia. Sua música é tocada no rádio, ao lado da Danga que é o ritmo mais popular no país e é irmã gêmea do nosso samba. Os jornais impressos são divididos por especialidades, tais como agricultura, indústria ou transporte. Somente o El Fajer el Jadid trata de informações gerais.

O Coronel Kadafi, presidente da Líbia, investiu consideráveis somas no setor das telecomunicações, nos últimos anos, importando equipamentos avançados, como poderosas antenas para a comunicação via satélite. Muitos países africanos já começaram também a tomar providências para modernizar suas comunicações. No ano passado, os governos da Nigéria, Argélia, Líbia e outros países se associaram para a criação da Panáfrica, uma nova agência de notícias, destinada a atender seus próprios interesses.

Novos caminhos para a ciência

No ano passado foi formada uma Comissão para estudar uma nova política para a Ciência e a Tecnologia, a Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados. Surge, então em decorrência de vários debates com o Presidente Tancredo Neves, o Ministério da Ciência e Tecnologia. Em entrevista ao *Campus*, o vice-Presidente da Comissão, deputado Fernando Cunha (PMDB-GO), definiu o que representará a criação do Ministério para a comunidade científica brasileira: um grande avanço.

O trabalho do Ministério vai ter início com duas metas fundamentais: a mudança de orientação na importação de tecnologias e a retomada das pesquisas pela Universidade, que voltam, dessa maneira, a cumprir seu papel principal de geradora e difusora de novas tecnologias.

Segundo o deputado, "nós não podemos mais aceitar a importação da mala-preta, que é a tecnologia que nós compramos, mas que na verdade não existe, pois ela não é repassada para os nossos cientistas. Por exemplo: a usina nuclear Angra 1 foi construída pelos americanos, e foi um fracasso total. Além dos americanos não repassarem a tecnologia, a usina que eles contruíram não presta, o projeto não presta e a tecnologia deles não presta". O deputado acusa também, essa obra de ser uma das responsáveis pela grande crise econômica brasileira, uma vez que por causa da obra "gastamos 40 milhões de dólares", que não tiveram retorno.

As poucas pesquisas exis-

tentes na Universidade do país, levam o deputado a acreditar que elas são sérias e seus resultados são objetivos: "um bom exemplo disso são as pesquisas desenvolvidas pela Universidade de Campinas UNICAMP. O princípio fundamental de quem pesquisa é a Universidade. Não tem sentido que o centro das pesquisas não esteja nela. "O que existe hoje no Brasil, continua o deputado é uma quantidade imensa de organismos fazendo ciência e tecnologia, mas como compartimentos estanques. Esses organismos gastam dinheiro público e o resultado dessas pesquisas não é repassado a outros organismos, o que faz, muitas vezes, com que dois, três, quatro e até dez órgãos pesquisem a mesma coisa. Isso é resultado da falta de intercâmbio de informações".

Ao que tudo indica, o Ministério vai transformar-se centralizador das pesquisas. O Deputado Fernando Cunha diz que "os Ministros, em suas respectivas áreas, onde possuem órgãos de pesquisa (por exemplo, EMATER, EMBRAPA), terão que ter muito cuidado para colocar na cabeça dos dirigentes desses órgãos que estamos na mesma canoa. Acho que devemos tentar fazer com que se unissem em projetos comuns. Não se justifica o antagonismo que existe entre eles, fazendo a mesma coisa com o dinheiro do povo. A unificação é uma preocupação do Presidente Tancredo Neves. E, final de contas, a ordem na Nova República, é não gastar".

MCT: muito trabalho e pouca estrutura

O ministério da Ciência e Tecnologia está funcionando precariamente no nono andar de um edifício do Setor de Autarquias Sul, três semanas após o início da Nova República. Os poucos funcionários lotados no novo órgão trabalham uma média de doze horas por dia, para desenvolver, o mais rápido possível, o plano de criação do Ministério. A falta de

estrutura é grande e, segundo uma funcionária, apenas três diretores poderiam nos atender, para dar informações gerais sobre o Ministério. No entanto, com a doença do Presidente Tancredo Neves e com o próprio trabalho "apertado", ninguém estava ou pode receber a reportagem do *Campus* nas duas vezes em que ela foi MCT. "Pa-

ra vocês terem uma idéia, jornalistas de grandes jornais passam o dia inteiro aqui, sentados, em busca de informações, e muitas vezes vão e m b o r a s e m conseguem-las. Outros, com um pouco mais de sorte, conseguem dados para pequenas notas, e é só", afirmou a funcionária. Quer dizer, nós não fomos exceção.

Um ministério polêmico, mas necessário

Com a formação do novo Ministério, buscamos no centro gerador de pesquisas, a Universidade, saber qual a expectativa dos cientistas em relação à criação desse novo órgão. Descobrimos, surpreendentemente, que a comunidade acadêmica pouco sabe sobre o Ministério da Ciência e Tecnologia. Mas isso não impediu o surgimento de propostas desses pesquisadores ao Ministro Renato Archer e seus assessores. Além disso, foram levantados alguns problemas enfrentados hoje por quem realiza pesquisa no Brasil.

Estivemos em cinco departamentos da UnB, procurando abranger diversas áreas de atuação de pesquisadores, e conversamos com os seguintes professores e cientistas: professora Fernanda Antônia Fonseca, da Sociologia; Professor Armando Takaki, da Biologia; professor Ildebrando Miranda Flor, da Agronomia; professor Charles Müller, da Economia, e professor Geraldo Ferreira, da Química. Todos são unânimes na expectativa de que o Ministério comece o seu trabalho de pesquisa priorizando as necessidades básicas do povo brasileiro, que são a educação, a alimentação, o desenvolvimento rural, a oferta de alimentos, o desemprego e a dívida externa.

Para o professor Geraldo Ferreira, "a pesquisa no Brasil é inexistente. O que era clandestino ontem, hoje é tolerável. Todavia, os pacotes industriais vêm do exterior, são comprados da indústria estrangeira. Não existem, por isso, prioridades". Quanto ao Ministério, o professor Geraldo diz que "só esperando é que poderemos ver o que será essa nova criação brasileira, pois no Brasil são criados muitos órgãos que não levam a nada, haja visto que o material humano não é levado a sério: não há especialização dos cientistas e pesquisadores".

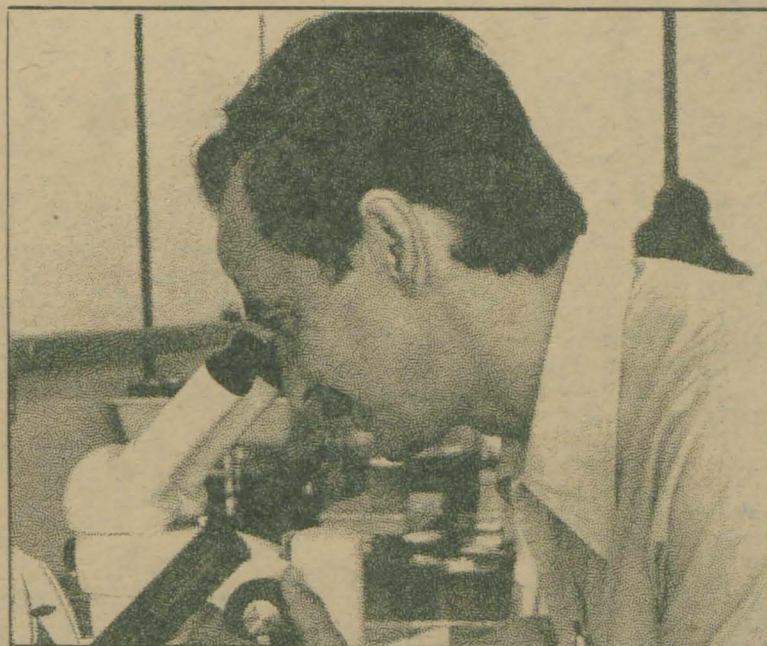
Já a professora Fernanda Antônia Fonseca reclama que "antes de começarem a pesquisar ou a definir prioridades é preciso que se discuta com a classe científica o que vai ser feito". Para ela, essas prioridades estabelecidas "não podem vir de cima, mas, pelo contrário, a comunidade científica, como um todo, tem que participar, tem que pensar o que vai ser pesquisado". A democracia também deverá fazer parte desse novo Ministério, segundo o professor Armando Takaki, que espera uma melhor organização e distribuição das diversas áreas de ciência e tecnologia. O professor Ildebrando Flor pede que se tenha, realmente, uma atenção especial para com os trabalhos desenvolvidos, pois "antigamente outros ministérios tinham áreas de pesquisas, mas faltava interesse, e muitos dos nossos inventos foram aproveitados apenas no exterior. E o problema da patente

de invenção. O cientista precisa sobreviver e ver o seu trabalho bem aproveitado, por isso, busca o exterior. Espero do Ministério maior atenção, maior interesse, maior tempo e quantidade de pessoal disponível".

Um pouco mais cínico, o professor Charles Müller diz: "Eu espero que o Ministério não seja mais um arranjo para alguém conseguir um cargo político, ou benefícios pessoais". A professora Fernanda Antônia Fonseca, que no momento realiza um trabalho justamente sobre a pesquisa científica na Universidade, diz que "a pesquisa científica na Universidade se sustenta praticamente com os recursos de fora. Ela está sendo feita, sim, mas às duras penas, a partir do esforço pessoal dos pesquisadores que

ta: "A Universidade não tem recursos para a pesquisa. Nós temos recursos cedidos por exemplo, pelo CNPq e pela EMBRAPA. Nossos planos de pesquisas são submetidos a esses órgãos, que os aprovam ou não. Com isso, se o projeto for bom, arruma-se crédito. Caso contrário, nada feito". Ainda segundo o professor, "a UnB não tem critérios para a escolha dos tipos de pesquisas que são realizadas no Departamento de Biologia, ou qualquer outro".

Na mesma linha de raciocínio, o professor Ildebrando Flor destaca ainda que "se fossem seguidos os padrões internacionais de pesquisas na Universidade Brasileira, estas seriam pesquisas direcionadas para aquilo que os Institutos e Órgãos governamentais não fazem normal-



As necessidades brasileiras devem ter prioridade

no novo Ministério. Hoje, no Brasil, a pesquisa científica não existe. O que há é a importação de pacotes industriais, que não permitem a participação de cientistas nos projetos.

procuram as agências financiadoras. Um dos maiores obstáculos à pesquisa é a grande crise pela qual passa o ensino, especialmente nas Universidades".

O professor Charles Müller tem posições parecidas, pois para ele "nas Universidades os esforços para a pesquisa têm sido muito fracos. O apoio é fraco. O que tem acontecido é que surgem, em alguns Departamentos ou Institutos, núcleos de professores que se viram, por assim dizer, procurando agências financiadoras, como o CNPq, FINEP, ou órgãos internacionais, como a Fundação Ford. Enfim, procuram fundos e conseguem, eles mesmos, criar condições para as pesquisas. A Universidade tem sido muito omissa, no tocante às pesquisas, e quando fala Universidade, falo na Administração Central, quero dizer Reitoria".

O professor Armando Takaki tem o mesmo ponto de vis-

mente, ou seja, as pesquisas encomendadas. Para isso, as Universidades teriam que estar melhor equipadas. Um exemplo do que falo é o caso da pesquisa do átomo, que foi encomendada para as Universidades americanas desenvolverem. E eles conseguiram formar a bomba atômica, isso porque todas as Universidades que trabalhavam com a física ou a energia nuclear tinham equipamentos e recebiam verbas do governo, que estava interessado no desenvolvimento da pesquisa. Conseguiram fazer cumprir a proposta, além de promoverem cursos de mestrado, doutorado, enfim formar um grupo de trabalho que conseguiu o objetivo do governo, que era a criação e o desenvolvimento da bomba atômica. Este é o papel da Universidade: quando o governo precisa de alguma coisa que normalmente ele não pode fazer, recorre à Universidade".



C



**O Brasil não merecia
ficar sem essa festa**

Fotos de Kátia Turra

